

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	52
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	119
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	120
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	121
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	122

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.261.998
Preferenciais	0
Total	2.261.998
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/04/2010	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2010	Ordinária		0,02293
Reunião de Diretoria	28/09/2010	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2011	Ordinária		0,02930

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	9.599.562	8.655.254	8.380.496
1.01	Ativo Circulante	3.117.861	2.789.985	2.835.096
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	503.409	246.201	442.421
1.01.03	Contas a Receber	1.770.557	1.794.500	1.707.027
1.01.03.01	Clientes	1.770.557	1.794.500	1.707.027
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	1.496.609	1.504.191	1.348.174
1.01.03.01.02	Concessionários - Transporte de Energia	273.948	290.309	358.853
1.01.04	Estoques	21.318	20.047	23.410
1.01.06	Tributos a Recuperar	474.161	529.055	342.830
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	474.161	529.055	342.830
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	348.416	200.182	319.408
1.01.08.03	Outros	348.416	200.182	319.408
1.01.08.03.01	Fundos Vinculados	14.048	2.607	97.697
1.01.08.03.02	Outros	334.368	197.575	221.711
1.02	Ativo Não Circulante	6.481.701	5.865.269	5.545.400
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.823.770	3.277.415	2.687.843
1.02.01.03	Contas a Receber	18.491	76.240	17.380
1.02.01.03.01	Clientes	18.491	76.240	17.380
1.02.01.06	Tributos Diferidos	637.168	594.489	841.092
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	637.168	594.489	841.092
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	14.656	45.548	23.860
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	14.656	45.548	23.860
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.153.455	2.561.138	1.805.511
1.02.01.09.03	Tributos Compensáveis	98.718	82.772	57.351
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	641.897	418.809	212.832
1.02.01.09.05	Ativo Indenizável Concessão	2.387.093	2.030.284	1.509.111
1.02.01.09.06	Outros	25.747	29.273	26.217
1.02.02	Investimentos	5.717	5.726	5.554
1.02.02.01	Participações Societárias	5.717	5.726	5.554

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	5.717	5.726	5.554
1.02.04	Intangível	2.652.214	2.582.128	2.852.003
1.02.04.01	Intangíveis	2.652.214	2.582.128	2.852.003
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.652.214	2.582.128	2.852.003

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	9.599.562	8.655.254	8.380.496
2.01	Passivo Circulante	2.404.528	3.791.617	2.897.904
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	156.978	246.672	195.878
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	156.978	246.672	195.878
2.01.02	Fornecedores	770.139	608.903	608.261
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	770.139	608.903	608.261
2.01.03	Obrigações Fiscais	263.385	286.393	286.223
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	40.656	44.623	61.937
2.01.03.01.02	COFINS	16.602	18.139	33.298
2.01.03.01.03	PASEP	3.599	3.932	7.223
2.01.03.01.04	INSS	16.177	13.175	11.980
2.01.03.01.05	Outros	4.278	9.377	9.436
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	217.203	237.276	221.127
2.01.03.02.01	ICMS	217.203	237.276	221.127
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.526	4.494	3.159
2.01.03.03.01	ISSQN	5.526	4.494	3.159
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	410.743	1.751.463	315.517
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	388.825	986.818	295.236
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	357.616	884.381	232.490
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	31.209	102.437	62.746
2.01.04.02	Debêntures	21.918	764.645	20.281
2.01.05	Outras Obrigações	803.283	898.186	1.492.025
2.01.05.02	Outros	803.283	898.186	1.492.025
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	50.842	202.306	682.227
2.01.05.02.04	Encargos regulatórios	273.075	238.952	327.073
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	81.641	69.624	85.274
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	53.579	58.651	53.092
2.01.05.02.07	Provisões para Perdas - Instrumentos Financeiros	69.271	78.305	79.633
2.01.05.02.08	Outras	274.875	250.348	264.726

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.02	Passivo Não Circulante	4.818.135	2.769.032	3.995.088
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.636.252	864.956	2.407.151
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.831.199	864.956	1.675.007
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.739.959	797.544	1.458.249
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	91.240	67.412	216.758
2.02.01.02	Debêntures	805.053	0	732.144
2.02.02	Outras Obrigações	1.954.011	1.695.545	1.409.555
2.02.02.02	Outros	1.954.011	1.695.545	1.409.555
2.02.02.02.03	Encargos Regulatórios	109.066	92.366	15.495
2.02.02.02.04	COFINS	417.772	235.981	78.053
2.02.02.02.05	PASEP	90.701	51.233	16.946
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	1.316.001	1.304.228	1.293.794
2.02.02.02.07	Outras	20.471	11.737	5.267
2.02.03	Tributos Diferidos	196.123	134.680	110.952
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	196.123	134.680	110.952
2.02.03.01.01	Imposto de Renda	144.208	99.030	81.582
2.02.03.01.02	Contribuição Social	51.915	35.650	29.370
2.02.04	Provisões	31.749	73.851	67.430
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.749	24.639	23.716
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.995	7.562	6.195
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	19.754	17.077	17.521
2.02.04.02	Outras Provisões	0	49.212	43.714
2.02.04.02.04	Provisões Processos Administrativos da ANEEL	0	49.212	43.714
2.03	Patrimônio Líquido	2.376.899	2.094.605	1.487.504
2.03.01	Capital Social Realizado	2.261.998	2.261.998	2.261.998
2.03.04	Reservas de Lucros	114.901	383.126	214.013
2.03.04.01	Reserva Legal	114.901	178.924	162.013
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	204.202	52.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-550.519	-988.507

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.927.122	6.694.107	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.573.753	-4.842.127	0
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.925.045	-2.483.311	0
3.02.02	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-615.584	-552.649	0
3.02.03	Pessoal e Administradores	-645.716	-644.159	0
3.02.04	Materiais	-93.046	-75.423	0
3.02.05	Serviços de Terceiros	-563.017	-457.508	0
3.02.06	Amortização	-350.464	-352.022	0
3.02.07	Provisões Operacionais	-30.106	-43.043	0
3.02.08	Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	-236.031	-162.566	0
3.02.09	Outras	-114.744	-71.446	0
3.03	Resultado Bruto	1.353.369	1.851.980	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-553.912	-572.291	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-225.157	-97.915	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-251.696	-344.777	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-77.059	-129.599	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	799.457	1.279.689	0
3.06	Resultado Financeiro	-224.295	-86.918	0
3.06.01	Receitas Financeiras	300.176	369.267	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-524.471	-456.185	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	575.162	1.192.771	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-134.160	-416.557	0
3.08.01	Corrente	-188.518	-154.280	0
3.08.02	Diferido	54.358	-262.277	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	441.002	776.214	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	441.002	776.214	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,19496	0,34315	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,19496	0,34315	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
4.01	Lucro Líquido do Período	441.002	776.214	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	441.002	776.214	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.025.186	1.110.126	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	902.546	1.030.026	0
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	441.002	776.214	0
6.01.01.02	Amortização	377.534	356.789	0
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias	49.166	-45.480	0
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-54.358	-262.277	0
6.01.01.05	Provisão para Perdas Operacionais	5.462	67.636	0
6.01.01.06	Provisão para Perdas Instrumentos Financeiros	5.216	45.325	0
6.01.01.07	Obrigações Pós-Emprego	78.524	91.819	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	122.640	80.100	0
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-39.983	-217.233	0
6.01.02.02	Tributos Compensáveis	54.894	-186.225	0
6.01.02.03	Transporte de Energia	16.361	68.544	0
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-223.088	-205.977	0
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-15.946	-25.421	0
6.01.02.08	Fornecedores	161.236	642	0
6.01.02.09	Tributos e Contribuição Social	271.374	724.994	0
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	-89.694	50.794	0
6.01.02.11	Encargos do Consumidor a Recolher	34.123	-88.121	0
6.01.02.12	Empréstimos e Financiamentos	34.796	-11.717	0
6.01.02.13	Obrigações pós-Emprego	-71.823	-75.826	0
6.01.02.14	Perdas Instrumentos Financeiros	-14.250	-46.653	0
6.01.02.15	Outros	4.640	92.299	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-804.420	-608.259	0
6.02.01	Em Investimentos	9	-172	0
6.02.02	No Intangível	-447.620	-86.914	0
6.02.03	Ativo Indenizável - Concessão	-356.809	-521.173	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	36.442	-698.087	0
6.03.01	Financiamentos Obtidos	665.591	118.622	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-318.977	-167.674	0
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-310.172	-649.035	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	257.208	-196.220	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	246.201	442.421	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	503.409	246.201	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.261.998	0	383.126	-550.519	0	2.094.605
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.261.998	0	383.126	-550.519	0	2.094.605
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-158.708	0	-158.708
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-158.708	0	-158.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	441.002	0	441.002
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	441.002	0	441.002
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-268.225	268.225	0	0
5.06.04	Absorção do Prejuízo Acumulado	0	0	-268.225	268.225	0	0
5.07	Saldos Finais	2.261.998	0	114.901	0	0	2.376.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.261.998	0	214.013	-988.507	0	1.487.504
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.261.998	0	214.013	-988.507	0	1.487.504
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-169.113	0	-169.113
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-17.460	0	-17.460
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-151.653	0	-151.653
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	776.214	0	776.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	776.214	0	776.214
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	169.113	-169.113	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	169.113	-169.113	0	0
5.07	Saldos Finais	2.261.998	0	383.126	-550.519	0	2.094.605

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	11.027.090	10.443.130	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.074.655	10.504.346	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-47.565	-61.216	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.533.124	-3.771.179	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.540.629	-3.035.960	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-740.549	-604.773	0
7.02.04	Outros	-251.946	-130.446	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.493.966	6.671.951	0
7.04	Retenções	-377.534	-356.789	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-377.534	-356.789	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.116.432	6.315.162	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	300.176	369.267	0
7.06.02	Receitas Financeiras	300.176	369.267	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.416.608	6.684.429	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.416.608	6.684.429	0
7.08.01	Pessoal	977.889	1.030.186	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	678.190	582.901	0
7.08.01.02	Benefícios	245.463	232.011	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	39.665	61.384	0
7.08.01.04	Outros	14.571	153.890	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.437.664	4.394.404	0
7.08.02.01	Federais	2.221.697	2.284.773	0
7.08.02.02	Estaduais	2.213.612	2.107.624	0
7.08.02.03	Municipais	2.355	2.007	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	560.053	483.625	0
7.08.03.01	Juros	524.471	456.185	0
7.08.03.02	Aluguéis	35.582	27.440	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	441.002	776.214	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	158.707	151.653	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.04.02	Dividendos	0	17.460	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	282.295	607.101	0

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2010 foi marcado pela consolidação de importantes avanços que a Companhia vem realizando nos últimos anos, relacionados principalmente a busca da eficiência operacional e a melhoria dos indicadores de qualidade no atendimento a população do Estado de Minas Gerais.

Destaca-se o nosso Programa de Investimentos programado para o 2º ciclo de revisão tarifária da Companhia, no período de 2008 a 2013, em valor superior a R\$3,2 bilhões de reais, com o objetivo de expansão e principalmente reforma e melhoria das atuais redes de distribuição.

Além do montante mencionado acima, continuamos a investir no Programa Luz para Todos. As próximas etapas do Programa, com previsão de conclusão em 2011, permitirão a ligação de aproximadamente mais 100 mil novos consumidores, que somados aos consumidores já ligados em anos anteriores, equivale ao atendimento a mais de 300 mil novos consumidores, mais de 1 milhão de mineiros.

Somados os investimentos realizados no Programa Luz para Todos e demais projetos da Companhia, alcançamos um investimento em 2010 de R\$448 milhões.

Esses investimentos que estão sendo feitos pela Companhia já se refletiram em nossos indicadores de qualidade e atendimento da Cemig Distribuição em 2010. Conseguimos obter uma redução de 7,2% na duração das interrupções de energia e de mais de 20% no número de interrupções, representando uma melhor prestação de serviços para a população do Estado de Minas Gerais.

Fechamos o ano com um lucro de 441 milhões, que ajustado pelos itens não recorrentes, alcança R\$568 milhões e representa um decréscimo de 35,31% em relação ao ano anterior, quando também ajustado pelos itens não recorrentes. Deve ser ressaltado que esses resultados refletem as novas normas de contabilidade, com a baixa de todos os ativos e passivos regulatórios da Companhia. Da mesma forma, a geração de caixa, foi de R\$ 1.370 milhões, medida pelo Lajida e também ajustada pelos itens não recorrentes, apresentando uma redução de 23,51% em relação a 2009.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Na Cemig Distribuição a eficiência operacional é uma busca contínua. Temos o desafio de reduzirmos os nossos custos em um ambiente de demanda aquecida, com pressão sobre os custos de serviços e da mão de obra contratada. Nesse cenário, implementamos planos de desligamento voluntário nos anos anteriores que nos permitiram uma redução em nossa despesa com pessoal. Temos agora o desafio de consolidar esses ganhos através de disciplina financeira e que já em 2011 possamos obter resultados melhores que os obtidos em 2010.

Temos a expectativa que a economia brasileira continue a crescer em 2011, e a continuidade dos investimentos em infraestrutura, onde a disponibilização de energia que viabilize esses investimentos é fundamental. Entendemos que a CEMIG tem um papel relevante neste processo, como empresa de energia que atende a milhões de consumidores residenciais e parcela representativa das empresas do Estado de Minas Gerais.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e competência e, em especial, ao nosso acionista controlador, o Governo de Minas Gerais. E a integração dos esforços que fazem da CEMIG a melhor energia do Brasil.

CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2010 foi marcado pelo acentuado crescimento econômico, deixando para trás os principais efeitos da crise financeira iniciada em 2008. No que se refere à economia mundial, apesar da recuperação mais lenta nos Estados Unidos e Europa, a contribuição dos países emergentes do BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, foram cruciais nesta recuperação, com crescimento elevando e atração de investimentos dos capitais internacionais.

No Brasil, o aumento do consumo interno contribuiu significativamente para a retomada do crescimento. O aumento da concessão do crédito fomentou o mercado, com destaque para a construção civil, um dos grandes responsáveis pelo aquecimento da economia em 2010.

O PIB brasileiro apresentou em 2010 um crescimento expressivo de 7,5%. Para o ano de 2011, as estimativas apontam para um crescimento próximo a 4%. O mercado de trabalho continuará aquecido, assim como os investimentos. Teremos um cenário externo mais favorável para o saldo da balança comercial, com alta nos preços das commodities e a retomada do crescimento das grandes economias, o que influenciará diretamente nas exportações brasileiras. Para o mercado de energia elétrica os impactos serão positivos com reflexos diretos no aumento no consumo. Investimentos serão necessários, principalmente no mercado de geração, para suportar o iminente crescimento da demanda.

As oportunidades de crescimento na economia brasileira para 2011 também serão fortemente impactadas, pelos investimentos nas reservas petrolíferas do Pré-Sal e pelas necessidades de investimentos na preparação da infraestrutura para a copa do mundo em 2014 e das olimpíadas em 2016, que contribuirão com a geração de novos empregos, com reflexos diretos no poder de compra e aquecimento da economia.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D é uma empresa mista de capital aberto, subsidiária integral da CEMIG – Companhia energética de Minas Gerais.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Foi constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 457.463 km de redes de distribuição (97.901 em área urbana e 359.562 de redes rurais) e 17.096 km de linhas de subtransmissão de alta e média tensão, com 7,1 milhões de consumidores.

A Companhia possui ainda o maior índice de atendimento aos consumidores de baixa renda do Brasil. Do total de consumidores da classe residencial faturados em 2010, 39,8% estavam representados por consumidores de baixa renda, correspondente a aproximadamente 2,3 milhões de consumidores.

Área de Atuação da Cemig Distribuição Distribuição S.A.



Governança Corporativa

Nosso Conselho de Administração é composto de 14 membros, indicados pelos acionistas. Todos os conselheiros têm mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos após o término do mandato. Em 2010, foram realizadas 27 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas e que atendem aos requisitos de independência conforme práticas internacionais. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2010 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

Além disso, existe, atualmente, uma estrutura interna de 23 comitês, composta de executivos de diversas áreas da Empresa, para suportar a tomada de decisões estratégicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração a partir do suporte de critérios técnicos.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**Comercialização de Energia Elétrica**Leilões de Energia Elétrica

A Cemig Distribuição S.A. participou de três leilões do Ambiente de Contratação Regulada, promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com período de fornecimento compreendido entre 2015 e 2044, onde foram comprados pela empresa:

Leilão	Montante (MW médios)	Preço médio (R\$/MWh)
Belo Monte	432,72	77,97
Leilão A-5 – 1º Semestre	46,78	99,48
Leilão A-5 – 2º Semestre	135,82	67,31

Fornecimento de Energia Elétrica

A energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres, distribuidoras e concessionárias com acesso às redes da Cemig D, no ano de 2010, totalizou 25.037 GWh, com crescimento de 11,02% em relação ao ano de 2009. Esse resultado é uma composição do crescimento de 27,8% no volume de energia transportada, em face da expansão da atividade industrial e da migração de clientes cativos para o mercado livre, e da expansão de 3,4% no mercado cativo, com destaque para as classes Residencial, Comercial/Serviços e Rural.

Venda de Energia – GWh							
Classe	2006	2007	2008	2009	2010	Relação % 2010	Var.% 2010/2009
Industrial	4.839	4.831	5.563	4.826	4.757	20,62	(1,43)
Residencial	6.647	6.813	7.163	7.774	8.134	35,26	4,63
Comercial	3.851	4.078	4.391	4.642	4.776	20,71	2,89
Rural	1.937	2.200	2.296	2.208	2.455	10,64	11,19
Outros	2.666	2.738	2.810	2.847	2.944	12,77	3,41
Total Vendido a Consumidores Finais	19.940	20.660	22.223	22.297	23.066	100,00	3,45

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

■ **Residencial:**

O consumo residencial manteve-se em crescimento, com uma variação positiva de 4,63% em relação ao ano anterior. O consumo de energia desta classe está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao aumento do consumo final das famílias, em função das condições favoráveis da economia.

■ **Industrial:**

A energia consumida pelos clientes cativos e livres representa a maior parte da energia distribuída.

Contribuiu para as vendas desse mercado a expansão da atividade industrial, associada a:

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

- (i) crescimento das exportações em termos de volume e de valor monetário, este em virtude da elevação dos preços internacionais de matérias primas industriais (minério de ferro, níquel e ouro), de produtos agrícolas (café, açúcar e carne) e matérias primas semimanufaturadas;
- (ii) crescimento dos setores contemplados pela política governamental baseada em incentivos de isenção tributária, e
- (iii) expansão da produção de itens voltados para atendimento à demanda interna em atividades produtivas e consumo final;

A atividade Extrativa Mineral, que utiliza 15,2% da energia da classe industrial, apresentou crescimento de 28,8%. Todos os ramos da Indústria de Transformação, com exceção de Celulose e Papel e de Fumo, apresentaram expansão de consumo, com destaque para Ferroligas (44,5%), Químico (28,4%), Mecânico (23,3%), Material de Transporte (18,6%), Não Ferrosos (18,2%) e Siderurgia (16,5%).

Apesar desses crescimentos nos segmentos industriais, ocorreu uma redução de 1,43% no volume total de energia vendida na classe industrial em função de consumidores anteriormente cativos que se tornaram livres, somente mantendo o relacionamento comercial com a Cemig D no que se refere ao transporte da energia.

■ Comercial:

No Estado de Minas Gerais, os ramos da classe comercial e de serviços mais representativos apresentaram as seguintes taxas de crescimento de consumo no ano de 2010: Comércio Varejista (6,4%), Serviços de Alojamento e Alimentação (1,9%), Comércio Atacadista (9,7%), Serviços de Comunicação (0,2%), Serviços de Saúde (4,4%) e Serviços de Administração de Bens, Loteamento e Incorporação de Bens Imóveis (13,2%).

■ Rural:

Esta classe apresentou crescimento de 11,1% no consumo faturado no ano de 2010 em relação a 2009, relacionado com a ligação de 42.636 novas unidades consumidores e com o aumento da demanda de irrigação em função de baixos índices pluviométricos e de temperaturas acima da média em Minas Gerais durante o ano.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

■ Demais Classes:

As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com 12,8% da energia distribuída, consumiram 2.944 GWh e, em conjunto, cresceram 3,41% no ano de 2010, frente a 2009.

Reajuste/revisão tarifária das distribuidoras e transmissoras

Reajuste Tarifário da Cemig Distribuição.

A ANEEL procedeu ao reajuste das tarifas de fornecimento e TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - da Cemig Distribuição S.A. para o período de abril de 2010 a março de 2011, com impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

O resultado do reajuste tarifário anual já incorpora o impacto dos aprimoramentos dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários implementados por meio da assinatura do Terceiro Termo Aditivo aos Contratos de Concessão. Este Termo assegura a neutralidade dos itens de custo não-gerenciáveis da Parcela A em relação aos encargos setoriais.

Proteção da Receita - Gestão das Perdas

Atualmente, as perdas não técnicas da Cemig Distribuição encontram-se em torno de 2,24% do montante de energia injetada no sistema de distribuição, estando abaixo do valor referencial estabelecido pela Aneel na Revisão Tarifária da Cemig Distribuição e bem abaixo da média nacional, que situa-se em torno de 5,8%.

Apesar do grande aumento das perdas não técnicas após o racionamento de energia ocorrido em 2001, este percentual estabilizou-se na Cemig Distribuição nos últimos 3 anos. Estima-se que os resultados da cobrança retroativa de consumo de energia durante o período de irregularidades totalizarão 190 GWh em 2010, possibilitando a recuperação de mais de R\$ 66 milhões.

Já o incremento do consumo de energia, que ocorre após a regularização das instalações que apresentavam perdas, deverá totalizar 100 GWh em 2010, ou aproximadamente R\$ 35 milhões.

Também, a receita adicional proveniente das atividades de gestão das perdas não técnicas em 2010, considerando ainda a cobrança de custo administrativo das irregularidades e os danos provocados em equipamentos de medição será de aproximadamente R\$ 118 milhões.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Em 2010, visando melhorar ainda mais a capacidade de reação da empresa à prática de irregularidades e às perdas de energia, foram implementadas várias ações relacionadas a aprimoramento da ferramenta para seleção de alvos de inspeção no Sistema de Gestão de Clientes (SGC/SAP), aumento da produtividade no processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte, com a substituição de aproximadamente 80.000 medidores obsoletos e medição de alimentadores de média tensão e outros.

Qualidade no fornecimento

Indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC) da Cemig Distribuição:

Ano	Com expurgo		Sem expurgo	
	DEC	FEC	DEC	FEC
2009	14,10	6,76	17,30	7,93
2010	13,08	6,59	15,23	7,40
Redução	(7,2%)	(20,5%)	(12,0%)	(6,7%)

Cerca de 54% das interrupções sustentadas de energia em 2010 tiveram origem em causas externas ao sistema (fenômenos naturais e meio ambiente), 31% de origem interna (falhas de equipamentos, falha humana, erros de manobra, etc.) e 15% foram interrupções programadas. Dentre as principais causas externas, a descarga atmosférica contribuiu com 27%, o contato de pássaros e animais na rede com 10% e a arborização com 8% do total.

A melhoria dos indicadores de qualidade é consequência do maior investimento da Companhia em manutenção preventiva e reforma de redes. Para 2011 estão previstos também investimentos significativos que possam auxiliar na redução do número de interrupções não programadas, melhorando a qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Outra ação importante é a alteração do patamar tecnológico, com investimentos sistemáticos em automação do sistema elétrico, o que permitirá o restabelecimento automático e remoto do fornecimento de energia após a ocorrência de interrupções.

Política de atendimento

Dando prosseguimento às ações para efetivação de seu Plano Estratégico, a Cemig Distribuição tem consolidado um conjunto de Práticas de Relacionamento Comercial com seus clientes alicerçado, principalmente, na qualidade de seus produtos e serviços, na preservação da credibilidade e presença junto aos clientes, aos acionistas e à sociedade e na força de sua marca e em sua participação efetiva no desenvolvimento sócio-econômico em toda a sua área de atuação.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Nesse sentido, além dos canais já existentes, tais como Fale com a Cemig D; Agências de Atendimento; Agentes de Relacionamento, Agência Virtual e Postos de Atendimento Simplificado (PAS), a Cemig Distribuição vem trabalhando fortemente no estreitamento do relacionamento com os clientes através:

- Implantação da Representatividade da Cemig D que prevê atendimento presencial em todos os 774 municípios de sua área de concessão através da implantação de Pontos de Atendimento Cemig Fácil – PCFA, onde, por meio do credenciamento de agentes para a realização de atendimento exclusivo e personalizado, permitindo a implantação de 194 pontos de atendimento em cidades mineiras com menos de 10.000 unidades consumidoras;
- Consolidação da Rede de Integração - Olho no Cliente em Ação com o objetivo de alinhar pessoas, processos e iniciativas em prol da melhoria do atendimento aos clientes, sendo composta por equipes multidisciplinares de todas as gerências da Diretoria de Distribuição. Essa rede formaliza referências e representantes de cada processo que, buscando a solução dos problemas técnicos e/ou operacionais, privilegia a desburocratização através do investimento em ferramentas já existentes e no contato entre as pessoas envolvidas.

A Agência virtual, que já tem 22 serviços disponíveis e registra cerca de 580 mil atendimentos mensais, é um dos pilares do Projeto Representatividade. Através da Internet, os estabelecimentos contratados acessam os sistemas comerciais da Cemig Distribuição e registram as solicitações dos clientes.

Para que possamos atingir 100% dos municípios com número de unidades consumidoras totais iguais ou acima de 10.000, será necessária a abertura de 19 novas Agências de atendimento, com prazo de conclusão previsto para março de 2011, sendo o custo de adequação civil, de responsabilidade da empresa contratada.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais ("IFRS"). Dessa forma, o resultado de 2009 foi alterado para refletir essas modificações e permitir a comparabilidade com o ano de 2010.

Os impactos decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade brasileiras e das IFRS, cujo principal item é a exclusão de ativos e passivos regulatórios, estão descritos em maiores detalhes na nota explicativa nº 2 das demonstrações contábeis da Companhia.

Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no exercício de 2010, um lucro líquido de R\$441 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$776 milhões no exercício de 2009, representando uma redução de 43,17%.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

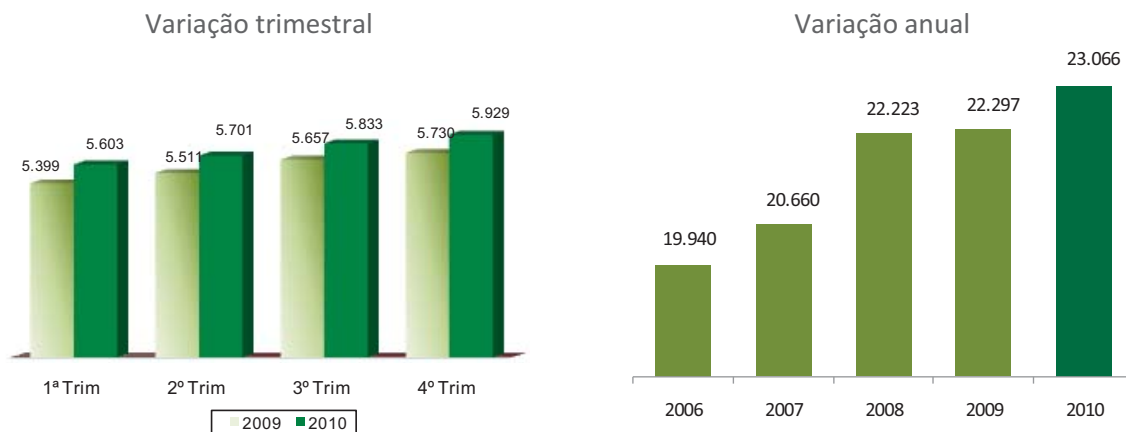
	2010	2009
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	9.350	9.223
Receita de uso da rede – consumidores livres	1.640	1.196
Outras receitas operacionais	85	85
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(4.148)	(3.810)
	6.927	6.694

Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

Os principais impactos na receita de 2010 decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 3,45% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 6,21%, a partir de 8 de abril de 2009 (efeito integral em 2010);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010;

As variações anuais no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:
GWh faturados - consumidores finais



Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Receita de uso da rede

Essa receita refere-se à Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, advinda de transporte cobrado dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes na área de concessão da Companhia, principalmente pela Cemig Geração e Transmissão. Essa receita apresentou um aumento de 37,12% (R\$1.640 milhões em 2010 comparados a R\$1.196 milhões em 2009). Esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres e também da maior atividade industrial em 2010 em decorrência da recuperação da atividade econômica.

Impostos incidentes sobre os valores faturados

Os impostos incidentes sobre os valores faturados foram de R\$4.148 milhões em 2010 comparados a R\$3.810 milhões em 2009. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente à CCC foi de R\$435 milhões no exercício de 2010 comparados a R\$296 milhões no exercício de 2009, representando um aumento de 46,96%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$341 milhões no exercício de 2010 comparados a R\$344 milhões no exercício de 2009, o que representa uma redução de 0,87%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Desse modo, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$6.128 milhões em 2010 comparados a R\$5.414 milhões em 2009, representando um aumento de 13,2%. Este resultado decorre principalmente dos aumentos nos custos com Energia Comprada para Revenda e Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão. Também contribuiu para o aumento das Despesas Operacionais a provisão de R\$178 milhões, decorrente de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

Principais variações:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.925 milhões em 2010 comparados a R\$2.483 milhões em 2009, representando um aumento de 17,80%. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A Despesa com Encargos de Uso da rede de Transmissão foi de R\$616 milhões em 2010 comparados a R\$553 milhões em 2009, representando um aumento de 11,39%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$209 milhões em 2010 comparados a R\$66 milhões em 2009, um aumento de 218,31%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no valor de R\$178 milhões, provisionado em maio de 2010. Vide a composição das provisões operacionais na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

Pessoal

A Despesa com Pessoal foi de R\$759 milhões em 2010 comparados a R\$880 milhões em 2009, representando uma redução de 13,75%. Este resultado decorre, substancialmente, da despesa com o Programa de Desligamento Voluntário implementado em 2009, no montante de R\$158 milhões contra R\$15 milhões em 2010 referente complemento da provisão do ano anterior.

Amortização

A despesa com Amortização foi de R\$378 milhões em 2010 comparados a R\$357 milhões em 2009, representando um aumento de 5,89%. Esse resultado decorrem do programa de investimentos da Companhia realizado no ano de 2010 com a entrada em operação de novos ativos de distribuição.

Serviços de terceiros

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$642 milhões em 2010 comparados a R\$523 milhões em 2009, representando um aumento de 22,75%, com as principais variações nos gastos com mão de obra contratada e instalações de equipamentos elétricos em função da maior atividade de operação e manutenção preventiva no ano na comparação com o ano anterior, e também nos gastos com arrecadação e leitura.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

Considerando as receitas e despesas apresentadas acima, o LAJIDA da Cemig Distribuição em 2010 apresentou uma redução de 28,10% na comparação com 2009. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresenta uma redução de 23,51%.

LAJIDA - R\$ milhões	2010	2009	Var %
Lucro Líquido	441	776	(43,17)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	134	417	(67,87)
+ Resultado Financeiro	224	87	(157,47)
+ Amortização	378	357	5,88
= LAJIDA	1.177	1.637	(28,10)
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	178	-	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	15	154	(90,26)
= LAJIDA AJUSTADO	1.370	1.791	(23,51)

A redução do LAJIDA em 2010, em comparação ao mesmo período de 2009, deve-se ao aumento de 13,69% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização, em comparação ao aumento de 3,48% na Receita Operacional Líquida. Consequentemente, a margem do LAJIDA reduziu de 24,45% em 2009 para 16,99% em 2010.

Os principais efeitos não recorrentes que impactaram no LAJIDA são como segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo DNAEE durante o Plano Cruzado.
- Registro de provisão em 2010 e 2009 nos valores de R\$15 milhões e R\$158 milhões, respectivamente, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia. O valor registrado em 2010 refere-se a complemento da provisão registrada em 2009.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Receitas (Despesas) Financeiras

O Resultado Financeiro em 2010 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$224 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$87 milhões em 2009. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na despesa de Variação Monetária de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R\$60 milhões em 2010, comparados a R\$15 milhões em 2009. Este aumento decorre principalmente da variação do IGP-M, indexador de alguns contratos, que passou de uma variação negativa de 1,71% em 2009 para uma variação positiva de 11,32% em 2010;
- Aumento de 49,7% em outras despesas financeiras, que foi de R\$56.017 em 2010, contra R\$37.410 em 2009. Este aumento decorre, principalmente, de multas emitidas pelo Órgão regulador decorrentes de obrigações regulamentares relativas aos níveis de qualidade dos serviços e do fornecimento de energia elétrica em períodos anteriores.

Vide a composição das receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

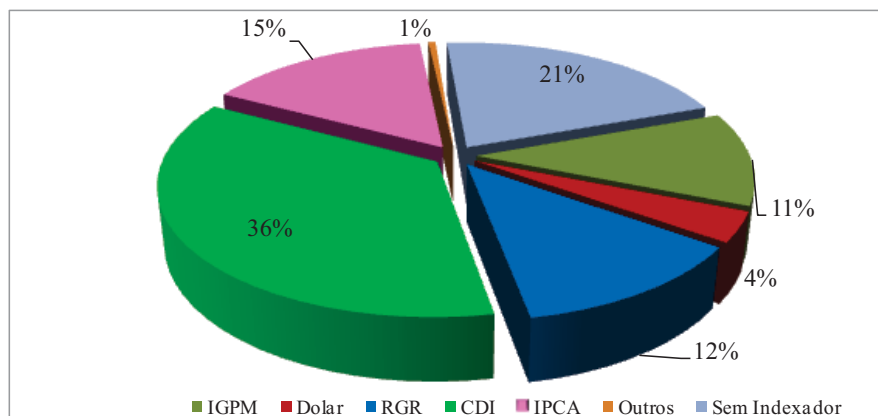
A Cemig Distribuição apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$134 milhões em relação ao lucro de R\$575 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,30%. Em 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$417 milhões em relação ao lucro de R\$1.193 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 34,95%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 7 das Demonstrações Financeiras.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

Em 2010, foram captados R\$ 666 milhões na Cemig Distribuição, sendo R\$ 66 milhões através de financiamentos da Eletrobrás para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos e R\$ 189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Pólo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Principais indexadores da dívida – 31/12/2009



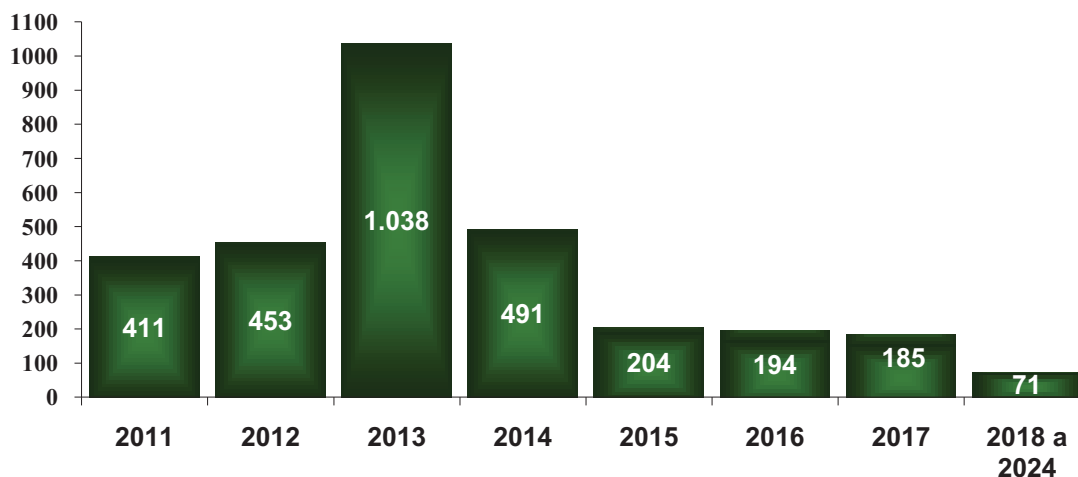
A posição da dívida de 4,02% em moeda estrangeira não representa risco financeiro material para a Empresa, considerando o percentual pouco expressivo em relação ao total.

A grande concentração da dívida no CDI, 35,70%, decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, e das emissões de títulos e valores mobiliários (debêntures) que se seguiram, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local.

A administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Empresa, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2010 (R\$ milhões)



Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A Companhia se empenhará em promover um escalonamento adequado da sua dívida, ajustado à sua geração de caixa anual.

Outra diretriz da Empresa continuará sendo a redução do custo médio da dívida, o qual se verificou, no final do ano, a uma taxa de 7,35% a.a. a preços constantes.

Os ratings da Cemig Distribuição refletem uma percepção de rentabilidade saudável e forte geração de caixa, assegurando sólidos indicadores de crédito e perfil de liquidez adequado, e são apontados pelas principais agências de rating:

Política de Proteção Cambial (Hedge)

Os instrumentos derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial de alguns contratos de financiamentos e não são utilizados para fins especulativos. As contratações das operações consideram aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e a concentração do serviço da dívida.

A Companhia tem privilegiado a cobertura de seu passivo cambial, que não é relevante, através de um hedge natural representado pela contratação com alguns de seus grandes consumidores de venda de energia elétrica indexada à variação cambial.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são mensurados ao valor justo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

CONTABILIDADE REGULATÓRIA

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 396/10, instituiu a Contabilidade regulatória, exigindo que sejam elaboradas demonstrações financeiras que reflitam o marco regulatório tarifário brasileiro, cuja principal diferença para as demonstrações financeiras societárias é a não aplicação da Interpretação Técnica ICPC.01, registro dos ativos e passivos regulatórios e o reconhecimento no Ativo Imobilizado da Base de Remuneração de ativos.

Dessa forma, conforme estabelecido no Ofício de Encerramento ANEEL do exercício de 2010, seguem os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado em conformidade ao padrão regulatório estabelecido pela Agência e a conciliação com os valores apresentados na contabilidade societária.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS****ATIVO**
(Em Milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	503.409	246.201
Consumidores e Revendedores	1.496.609	1.504.191
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	-	227.444
Concessionários - Transporte de Energia	344.502	318.974
Tributos Compensáveis	474.161	529.055
Despesas Antecipadas – CVA	246.028	727.443
Fundos Vinculados	14.048	2.607
Estoques	21.318	20.047
Outros	371.191	206.251
TOTAL DO CIRCULANTE	3.471.266	3.782.213
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Despesas Antecipadas – CVA	47.619	195.208
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	637.168	502.633
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	-	46.240
Tributos Compensáveis	98.718	82.772
Depósitos Vinculados a Litígios	641.897	418.809
Consumidores e Revendedores	18.491	76.240
Créditos com Pessoas Ligadas	14.656	45.548
Outros Créditos	31.494	30.046
	1.490.043	1.397.496
Investimentos	5.717	5.726
Imobilizado	6.894.977	6.752.290
Intangível	171.223	167.353
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	8.561.960	8.322.864
ATIVO TOTAL	12.033.226	12.105.078

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**PASSIVO**
(Em Milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009
CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	388.825	986.818
Debêntures	21.918	764.645
Fornecedores	770.139	608.903
Impostos, Taxas e Contribuições	281.579	286.393
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	50.842	202.306
Salários e Encargos Sociais	138.783	246.672
Encargos Regulatórios	273.075	238.952
Participações nos Lucros	81.641	69.624
Obrigações Pós-Emprego	53.579	58.651
Passivos Regulatórios – CVA	342.655	655.978
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela “A”	35.760	71.302
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	69.271	78.305
Outras	275.825	255.616
TOTAL DO CIRCULANTE	2.783.892	4.524.165
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e Financiamentos	1.831.199	864.957
Debêntures	805.053	-
Provisões e Contingências Judiciais	31.749	73.851
Obrigações Pós-Emprego	1.316.001	1.304.228
Impostos, Taxas e Contribuições	1.382.235	1.206.352
Passivos Regulatórios – CVA	61.243	226.182
Encargos Regulatórios	26.869	92.366
Outras	102.668	17.290
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	5.557.017	3.785.227
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros	383.126	383.126
Lucros Acumulados	1.047.193	1.150.562
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.692.317	3.795.686
PASSIVO TOTAL	12.033.226	12.105.078

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIOS****(Em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por lote de mil ações)**

	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	4.824.586	4.571.497
Receita de Uso da Rede - Consumidores Cativos	4.428.619	4.409.756
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	1.683.109	1.194.196
Outras Receitas Operacionais	83.755	85.443
	11.020.069	10.260.892
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(4.342.694)	(3.888.567)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.677.375	6.372.325
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.878.510)	(3.068.091)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(703.521)	(531.091)
	(3.852.031)	(3.599.182)
CUSTO DE OPERAÇÃO		
Pessoal e Administradores	(645.716)	(644.158)
Materiais	(93.046)	(75.423)
Serviços de Terceiros	(550.895)	(457.778)
Amortização	(630.804)	(594.952)
Provisões Operacionais	(30.106)	(43.043)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(236.031)	(162.566)
Outras	(124.196)	(80.304)
	(2.310.794)	(2.058.224)
CUSTO TOTAL	(5.892.825)	(5.657.406)
LUCRO BRUTO	784.550	714.919
DESPESA OPERACIONAL		
Despesas com Vendas	(225.157)	(97.915)
Despesas Gerais e Administrativas	(251.696)	(344.777)
Outras Despesas Operacionais	(77.059)	(129.599)
	(583.912)	(572.291)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS)	230.630	385.557
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(239.814)	(64.700)
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	(9.176)	77.928
Imposto de Renda e Contribuição Social	(188.518)	(154.280)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	253.033	116.769
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	55.339	40.417
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

	2010	2009
Lucro regulatório	55.339	40.417
Depreciação adicional referente base de remuneração de ativos	280.340	242.930
Estorno de ativos e passivos regulatórios	303.998	871.914
Impostos sobre os ajustes acima	(198.675)	(379.047)
Lucro líquido de acordo com a contabilidade societária	441.002	776.214

	2010	2009
Patrimônio Líquido regulatório	3.692.317	3.795.686
Base de remuneração de ativos	(2.026.891)	(2.307.231)
Estorno de ativos e passivos regulatórios	33.834	(270.165)
Impostos sobre os ajustes acima	677.639	876.315
Patrimônio Líquido de acordo com a contabilidade societária	2.376.899	2.094.605

INVESTIMENTOS

Os investimentos da Cemig Distribuição em 2010 foram de R\$448 milhões.

Dentre os programas de investimentos executados na atividade de distribuição, destacam-se os seguintes:

Programa “Luz para Todos” – Universalização do acesso e uso da energia elétrica

Na Cemig Distribuição, a 1ª fase do programa (LPT I) teve um custo aproximado de R\$ 1.700 milhões até 31 de dezembro de 2008, com a ligação de cerca de 190 mil propriedades rurais, beneficiando uma população de aproximadamente 800 mil pessoas. A Cemig Distribuição executou ligações nos 774 municípios da sua área de concessão, o que coloca a empresa em posição de grande destaque, entre as concessionárias brasileiras, na execução do Programa.

Do mesmo modo que na primeira fase de implantação, quando a meta traçada revelou-se aquém da realidade, no intuito de dar continuidade ao Programa, constatou-se uma demanda adicional de 95 mil domicílios/estabelecimentos para serem atendidos.

Desse adicional, a Cemig Distribuição já tem a segunda etapa do Programa contratada junto à Eletrobrás para até abril de 2011. Essa etapa viabiliza o atendimento a 70 mil novos domicílios/estabelecimentos, com investimentos da ordem de R\$ 796 milhões.

Complementar e paralelamente aos 70 mil novos consumidores, em função de um esforço adicional da empresa para cumprir prazos e metas estabelecidos pelo poder concedente, a Cemig Distribuição contratou da terceira etapa do Programa, abrangendo mais 25 mil atendimentos que deverão ser concluídos até dez/2011, com investimentos da ordem de R\$ 355,7 milhões.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Projetos de Melhoria da Iluminação Pública - Reluz

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, é um programa do Governo Federal de financiamento para as Prefeituras Municipais através das Concessionárias e engloba projetos de melhoria, extensão e obras especiais de Iluminação Pública. Desde a implantação do Programa Reluz, em 2001, a Cemig Distribuição já realizou a modernização de 215.000 pontos de iluminação pública, em 290 municípios, com investimentos de cerca de R\$ 60 milhões, levando a uma redução anual de 29.000 MWh no consumo de energia.

Programa Cresceminas

O Projeto Cresceminas, caracterizado também como um dos projetos estruturadores do Governo do Estado, tem como principal objetivo a ampliação da disponibilidade de infra-estrutura de distribuição de energia elétrica para atendimento ao crescimento do mercado no Estado de Minas Gerais.

Destacam-se no projeto as obras de reforço em subestações, linhas e redes de distribuição, compreendendo um conjunto de 687 km de linhas de distribuição, a disponibilização de mais 620 MVA, com 11 novas subestações, 101 obras de ampliações em diversas subestações existentes, 2.052 km de novas redes de distribuição e melhorias e reforços em 2.750 km de redes de média tensão. O conjunto de obras beneficiará aproximadamente 310 municípios (40,1% da área de abrangência da Cemig).

Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 759 milhões, para o período 2006 a 2012, sendo que desse montante, já foram completados investimentos de R\$ 384 milhões em Alta Tensão e R\$ 260 milhões em Média Tensão.

Programa de Eletrificação Urbana – Clarear

O Programa Clarear constitui-se de obras de ligação, extensão, modificação e reforço de rede de distribuição de média e baixa tensão para atendimento a consumidores situados em área urbana, mantendo a área urbana da concessão da Cemig Distribuição Distribuição universalizada.

Neste Programa, no ano de 2010, foram atendidos 195.000 consumidores em área urbana com investimentos em torno de R\$ 93 milhões, com a instalação de 10 mil postes e com extensão de cerca de 380 Km de redes ao sistema elétrico de distribuição.

Programa Campos de Luz

A Cemig Distribuição, em parceria com o Governo de Minas Gerais concluiu, em dezembro de 2008, o Programa Campos de Luz, que consistiu na realização de obras de iluminação e adequação de equipamentos em campos de futebol amador e também em campos de comunidades carentes. Dentre os benefícios proporcionados pelo Programa podem ser citados: a melhoria da prática esportiva e de atividades culturais; maior tranquilidade aos moradores; maior utilização dos espaços existentes; diminuição do índice de criminalidade e vandalismo e a melhoria na qualidade de vida das comunidades, através do esporte e da cultura.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A Cemig Distribuição iluminou, em conjunto com a Secretaria de Estado de Esportes e Juventude – SEEJ mais 128 campos de futebol amador ao longo do ano de 2010, acumulando um total geral de 730 campos iluminados desde 2008.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2010 que lucro líquido do exercício, no montante de R\$441 milhões, seja utilizado para absorver os prejuízos acumulados em função da adoção das novas normas contábeis, cujos efeitos retroativos foram registrados contra o Patrimônio Líquido da Companhia em 2010.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela KPMG Auditores independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig Distribuição são como segue:

Serviços	2010 R\$ mil	% em relação à auditoria	2009 R\$ mil	% em relação à auditoria
Auditoria	1.210	100,00	1.688	100,00
Serviços adicionais:				
- SOX	238	19,67	199	11,79
- CVA	159	13,14	-	-
Total Geral	1.607	132,81	1.887	111,79

Os serviços adicionais não configuram, na avaliação da Administração, em perda da independência dos Auditores Independentes e não constam dos impedimentos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os riscos presentes na matriz corporativa da Cemig Distribuição se referem aos eventos que possam impedir o alcance dos objetivos e das diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico. São avaliados por sua probabilidade de ocorrência e por seu impacto nos diversos negócios da cadeia de valor. A Cemig Distribuição atua sobre os riscos: (I) diminuindo seu impacto e/ou sua probabilidade mediante o refinamento dos controles; (II) implementando planos de ação; (III) transferindo-os por meio de contratação de seguros; (IV) aceitando-os (devido à efetividade do ambiente de controles e ao nível permitido de exposição financeira) ou; (V) evitando-os, subsidiando a Alta Administração nas tomadas de decisão para continuidade nos negócios.

A mensuração de riscos para a Cemig Distribuição é definida pela Metodologia ORCA, fundamentada em quatro dimensões: Objetivos, Riscos, Controles e Alinhamento.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Ainda que a estrutura adotada para a gestão dos riscos corporativos da Cemig Distribuição seja matricial e descentralizada, seu monitoramento é centralizado pela Gerência de Riscos Corporativos, o que gera informações relevantes com visão sistêmica. Essa estrutura permite que o processo de gestão de riscos corporativos interaja com outros componentes da gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão, de Gerenciamento de Riscos Financeiros, além do atendimento à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

A Cemig Distribuição analisa, também, os fatores de riscos levando-se em consideração os direcionadores de valor sob o foco desses agentes e a correspondente identificação dos riscos já mapeados, com o objetivo de permitir o aprimoramento da gestão, a partir do entendimento do que as partes interessadas enxergam como ameaça estratégica, possibilitando a identificação de riscos até então não mapeados na matriz de riscos.

Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig Distribuição adota a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site http://ri.Cemig_Distribuição.com.br, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Cada representante da Cemig Distribuição (empregados, gerentes e administradores), no ato da posse do cargo ou no momento da celebração do contrato de trabalho, presta compromisso solene e assina declarando conhecer, observar e acatar os valores e princípios constantes da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da Cemig Distribuição.

O cumprimento dos valores, princípios e responsabilidades relativas à Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional é monitorado pela Comissão de Ética da Cemig Distribuição.

A Comissão de Ética, composta por um grupo de gerentes da Companhia, é a ferramenta de encaminhamento de denúncias sobre práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, tais como: 1) fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; 2) apropriação indevida de bens e recursos; 3) recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados e 4) contratações irregulares, através de canal aberto na intranet da Cemig Distribuição – Canal de Denúncia Anônima.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

Com foco no mapa estratégico corporativo a Cemig Distribuição procura usar a tecnologia como fator de agregação de valor e diferencial competitivo.

A revolução digital com o surgimento do conceito das redes elétricas inteligentes será uma realidade nas residências brasileiras nos próximos anos. Essa nova arquitetura de distribuição de energia que integra e possibilita ações a todos os usuários a ela conectados, de modo a fornecer energia eficiente, econômica e sustentável, é objeto de diversos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da Cemig Distribuição, que conta com a parceria de outras empresas como o CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento), Fitec (Fundação para Inovação Tecnológica) e a universidade Puc Minas. Preparar as distribuidoras para essa revolução, é também o objetivo da parceria firmada entre a Light e a Cemig Distribuição, que através do desenvolvimento de um grande projeto de P&D, investirão recursos nessa nova tecnologia.

Tecnologia e alternativas energéticas

A Cemig Distribuição tem investido em projetos de uso racional da energia, co-geração e geração distribuída, utilizando diferentes combustíveis como hidrogênio, gás natural, álcool e biodiesel e também veículos elétricos.

Alinhada às preocupações globais acerca das mudanças climáticas, a Cemig Distribuição busca alternativas para viabilizar um futuro sustentável, como por exemplo evitar a utilização de combustíveis fósseis (recurso não renovável) na geração de energia.

Workshop Projeto Copa do Mundo 2014

A Cemig Distribuição está se preparando para atuar na infraestrutura energética para a Copa do Mundo 2014. Para isso a empresa já conta com equipes que estão encarregadas de fornecer as soluções de suprimento energético para todas as demandas que serão exigidas pelo evento. Dentre esses se situa o projeto Mineirão Solar, que prevê a utilização da cobertura do novo Mineirão para a instalação de painéis fotovoltaicos e cuja energia será conectada à rede de distribuição e comercializada pela empresa.

Para dar o conhecimento e nivelar as informações, aconteceu em julho um workshop interno para divulgar além do projeto do Mineirão Solar, as iniciativas que outros órgãos da Cemig Distribuição estão elaborando para garantir a segurança e qualidade de suprimento da energia elétrica.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento

O programa conta com a parceria da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, que divulga as nossas demandas para a captação de propostas. Essas propostas são analisadas posteriormente pelo corpo técnico da Cemig Distribuição, os chamados Fóruns Tecnológicos.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Por meio do edital público aberto, no período de 13/09 a 24/10/2010, foi lançado o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Cemig Distribuição/ANEEL 2011, com a captação de aproximadamente 200 novas propostas, recebidas através do IEL/Fiemg.

Em 2010, além dos projetos em andamento foram celebrados 55 novos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento dos programas de P&D.

Eficiência energética

O programa Energia Inteligente, da Cemig Distribuição, é concebido sobre a ótica de que a energia é um insumo necessário não apenas à transformação de matérias-primas e à produção de bens, mas também à qualidade de vida e ao funcionamento de equipamentos de uso comum, como escolas e centros culturais e recreativos.

O programa Energia Inteligente traduz a preocupação da Cemig Distribuição em atender aos clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. Isso traz benefícios aos clientes, ao meio ambiente e à Cemig Distribuição. Alguns dos ganhos são: Redução de custos para o cliente e para o setor elétrico; Maior qualidade no fornecimento / atendimento ao cliente; Desenvolvimento sustentável do estado de Minas Gerais; Menores impactos ambientais com a postergação de investimento para expansão de rede.

Em 2010, foram realizados investimentos em Projetos do Programa de Eficiência Energética na ordem de R\$ 65 milhões que proporcionaram redução no consumo de energia de 71.333 MWh/ano e redução na Demanda de Ponta de 29,135 MW. Com esse Programa foram reduzidas, de forma indireta, a emissão de Gases de Efeito Estufa - GEE de 7.440 ton CO₂ e, uma vez que os programas foram realizados em instalações de terceiros. Também foi conseguida uma economia com energia, suficiente para abastecer aproximadamente 50.000 residências com consumo médio de 120 kWh/mês.

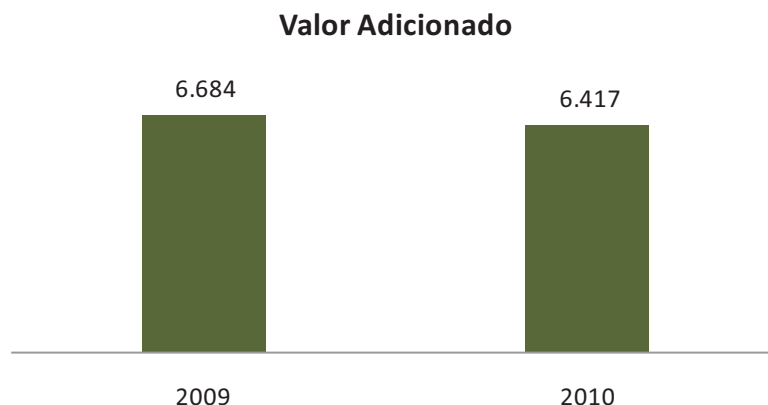
RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como empresa prestadora de serviços públicos, a relação da Cemig Distribuição com as comunidades onde atua não se restringe ao estágio de desenvolvimento econômico, mas também se refere diretamente ao estágio de desenvolvimento social.

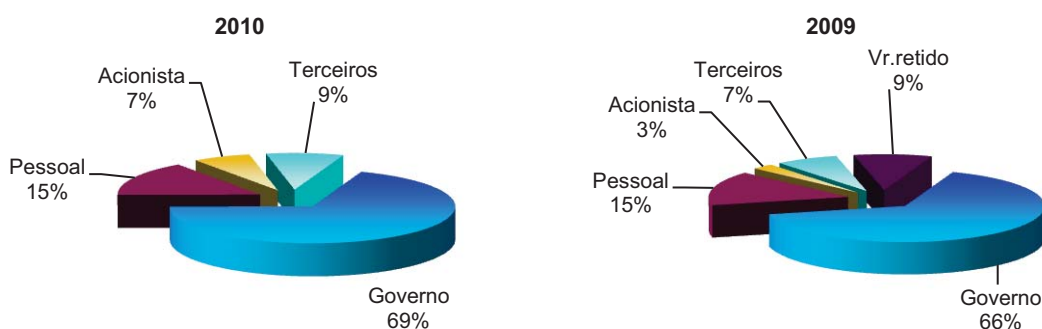
Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, com R\$6.417 milhões de valor adicionado em 2010 em comparação a R\$6.684 milhões em 2009.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho



A distribuição do valor adicionado da CEMIG DISTRIBUIÇÃO entre os diversos segmentos, pode ser observada no gráfico a seguir, devendo ser destacada a parte retida pelo governo do total distribuído em 2010 e 2009, correspondente a 69% e 66% respectivamente.



Recursos Humanos

Os instrumentos de gestão destinados à administração de carreiras pela Cemig Distribuição são caracterizados como um conjunto de políticas e práticas que oferecem suporte a decisões individuais na carreira, o gerenciamento desta e a comunicação entre os empregados e Empresa. Além disso, objetivam auxiliar a sua administração de forma a torná-la estratégica e integradora, com transparência, honestidade de intenções, sentimentos de segurança e clareza de regras.

Atração e Retenção de Talentos

Considerando que o provimento de pessoal da Cemig Distribuição é baseado nos pilares mobilidade interna, seleção interna e concurso público, a Companhia, após realizar os processos de mobilidade e de seleção interna no decorrer do ano de 2009, iniciou em 2010 a recomposição do quadro de empregados através da realização dos concursos públicos para o preenchimento de cargos especializados.

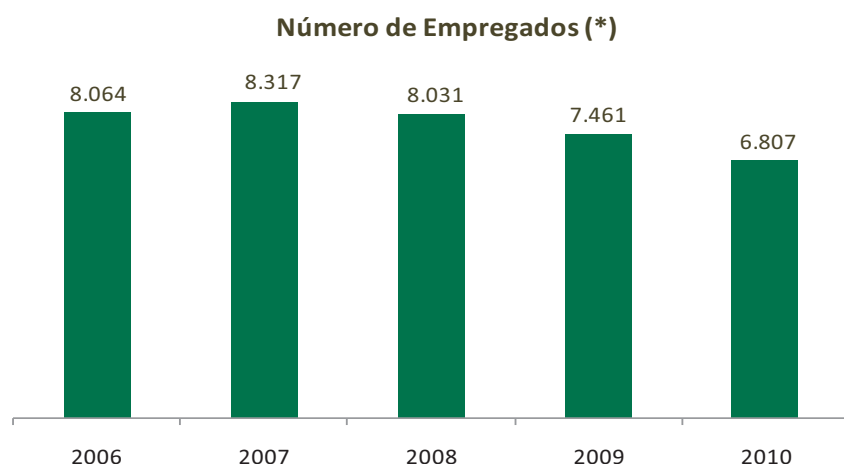
Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

A Cemig Distribuição, anualmente, investe no programa de estágios curriculares, oferecendo aos estudantes de nível universitário e aos técnicos profissionalizantes, oportunidades de complementação do ensino e da aprendizagem.

Programa de Desenvolvimento Gerencial

O Programa de Desenvolvimento da Liderança Cemig foca o desenvolvimento dos empregados designados para o exercício das funções de supervisores, gestores, gerentes e superintendentes, bem como dos empregados potenciais sucessores participantes do programa “Gestão Sucessória”, contemplando uma série de programas educacionais, dos quais se podem citar: Cemig Liderança em Gestão – Celig, Programa de Gestão Avançada, Programa de Desenvolvimento das Habilidades Pessoais para Potenciais Sucessores, Programa Trilhas da Liderança e Trilhas Internacionais.

Quadro de empregados



Cultura e Sociedade

O quadro final dos patrocínios socioculturais de 2010, reforçou a característica da Cemig Distribuição de continuidade nos projetos culturais estruturadores, na medida de que todos os projetos de manutenção de espaços de educação permanente, como Museus, Bibliotecas e Teatros foram mantidos e também todos os festivais de extensão universitária.

Foram atendidas demandas em todos os segmentos da cultura e em cerca de 30 municípios de Minas, além de BH, e contemplados projetos inovadores como o das Lendas do São Francisco, de Ronaldo Fraga, primeiro projeto de Moda aprovado junto ao Ministério da Cultura.

Nos patrocínios culturais a Empresa financiou ações com recursos próprios como convênios de apoio as ações do Instituto Estrada Real e a parceria com a Secretaria de Estado da Cultura na Instalação do “Centro de Arte Popular Cemig Distribuição”, que virá a compor os “Circuitos Culturais da Praça da Liberdade” – ação estratégica do Governo de Minas.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Os patrocínios em Cultura alcançaram aproximadamente 200 projetos. Os sociais coordenados pelo SERVAS , pelos Conselhos Tutelares e Programa AI 6% foram cerca de 180.

As palavras de ordem foram continuidade, alinhamento com a estratégia da Empresa nos atributos Reputação e dimensão social e a atenção as políticas públicas, que garantem a perenidade e legitimação das ações.

Meio Ambiente

A Cemig Distribuição possui uma Política Ambiental, publicada em 1990, da qual constam sete princípios que orientam suas atividades e direcionam seus esforços relacionados à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Esses princípios são traduzidos em ações que têm a intenção de conscientizar empregados e parceiros sobre os principais desafios ambientais da Cemig Distribuição e do mundo.

A Cemig Distribuição desenvolve e gerencia uma série de iniciativas que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas, podem-se destacar o programa de educação ambiental nas escolas e arborização urbana.

Em 2010, o valor total aplicado pela Cemig Distribuição em meio ambiente foi de R\$ 24,9 milhões, sendo R\$ 3,62 milhões em investimentos e programas ambientais, R\$ 0,9 milhão relativo à implantação de novos empreendimentos, R\$ 20,3 milhões na operação e manutenção de instalações e na realização de estudos e monitoramentos

Licenciamento Ambiental

O Licenciamento Ambiental é conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o pronto atendimento aos órgãos competentes do meio ambiente. Os estudos e monitoramentos são desenvolvidos por especialistas, o que inclui empresas de consultoria, centros de pesquisa e universidades.

A empresa possui sete malhas que englobam todas suas linhas de distribuição e subestações de energia, sendo elas: Malhas Centro, Leste, Triângulo, Oeste, Mantiqueira, Norte e Sul. As malhas Triângulo e Oeste foram licenciadas em 2009, as demais estão em processo de licenciamento corretivo junto ao Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais – SISEMA.

Gestão de Resíduos

Em 2010, foram encaminhadas para reciclagem 595 mil lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública provenientes de toda a área de concessão da empresa. Além disso, foram recicladas 256 mil lâmpadas incandescentes.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Dos resíduos gerados pela Cemig Distribuição em 2010 foram alienadas ou recicladas 2.900 toneladas de materiais e equipamentos, encaminhados para incineração e coprocessamento 181 toneladas de resíduos perigosos, regenerados e reutilizados pela própria Companhia 105 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos equipamentos elétricos.

Arborização Urbana

A Cemig Distribuição lançou em 2009, o Programa Especial de Manejo Integrado de Árvores e Redes – o Premiar- que tem como objetivo conduzir as políticas da Cemig Distribuição voltadas para o manejo da arborização urbana junto a sistemas elétricos, com foco no convívio harmônico entre as árvores e a rede elétrica. A Cemig Distribuição adota alternativas tecnológicas em redes de distribuição (redes protegidas e isoladas) para aprimorar a convivência entre as árvores urbanas e as redes de distribuição aérea.

Além disso, a Cemig Distribuição realiza podas direcionais e ministra cursos de poda de árvores para diversas prefeituras do Estado de Minas Gerais.

Em 2010, o Premiar recebeu o prêmio de gestão ambiental 2010, promovido pela ONG Zeladoria do Planeta e patrocinou e apoiou a realização do Seminário Internacional de Planejamento Urbano, Arborização e Sistemas Elétricos – SIPASE;

O Geoárvores Web, lançado em 2010, é uma ferramenta que reúne informações sobre árvores, rede elétrica e limites territoriais de Belo Horizonte. As análises geradas por esse programa dão suporte às atividades de gestão e planejamento do Premiar, influenciando inclusive na tomada de decisões acerca do manejo de árvores urbanas.

Educação Ambiental

Desde o início das suas atividades a Cemig Distribuição, em parceria com a Fundação Biodiversitas, desenvolve o Programa de Educação Ambiental nas Escolas - Terra da Gente, que em 2010 contemplou 318 escolas da região de Campo das Vertentes e Sul de Minas. Mais de 91 mil alunos receberam materiais pedagógicos especialmente elaborados para o programa e mais de 5,6 mil professores foram treinados.

Em 2010 o programa definido para a Semana do Meio Ambiente foi o Premiar. O tema geral do evento, “Viver em harmonia é uma arte”, foi baseado na convivência urbana com as árvores.

Reconhecimentos – Prêmios

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig Distribuição em 2010, vários segmentos da sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

A CEMIG, controladora da Cemig Distribuição, foi selecionada, pelo 11º ano consecutivo, para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index – DJSI World, em sua edição 2010/2011, juntamente com outras 318 empresas de 27 países. A CEMIG continua sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse índice internacional, desde 2000, quando foi anunciada a primeira edição do índice.

O levantamento para seleção das empresas abrangeu 2.500 empresas de 57 ramos industriais, em todo o mundo, sendo o processo de pesquisa e seleção auditado pela Deloitte. O índice é revisado anualmente com base em questionários enviados às empresas e, também, informações públicas disponíveis em relatórios anuais e websites que refletem a atuação da empresa nas dimensões econômica, ambiental e social. O critério para seleção dessas empresas é conduzido pelo Sustainable Asset Management – SAM, empresa de gestão de ativos, independente, voltada para investimentos sustentáveis, com sede na Suíça.

Fazer parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade reflete o compromisso da Cemig com a geração atual e com as gerações futuras. A Cemig busca continuamente aprimorar suas práticas de sustentabilidade empresarial, alinhando-se às melhores práticas de gestão corporativa, respeito ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade, sendo importante ressaltar a contribuição da Cemig D para esse reconhecimento.

Prêmio Índice de Satisfação Percebida pela ANEEL

A Empresa ficou em segundo lugar no Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc) em 2010, na categoria “Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras”.

Promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Iasc premia as distribuidoras de energia mais bem avaliadas pelos consumidores brasileiros durante o ano. A Cemig Distribuição obteve um índice de 70,26 de satisfação, ficando acima da média na categoria, que foi de 65,87.

Prêmio Nacional da Qualidade

A Cemig Distribuição foi classificada como finalista do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) 2010. Esse reconhecimento é resultado da análise final da comissão julgadora e representa que a Empresa atendeu de forma balanceada aos Fundamentos da Excelência, demonstrando bons resultados no desempenho de sua gestão, podendo ser considerada como referencial de excelência em muitas práticas e resultados.

Concedido todos os anos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), o PNQ é o mais importante prêmio de gestão no Brasil. A pontuação obtida em 2010, a mais alta dentre as participações anteriores da Cemig Distribuição, representará também uma pontuação significativa no Prêmio da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da CEMIG DISTRIBUIÇÃO é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

1) Base de Cálculo	2010			2009		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	6.927.122			6.694.107		
Resultado Operacional (RO)	575.162			1.192.771		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	678.768			724.296		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	56.363	8,30	0,81	55.593	7,86	0,87
Encargos sociais compulsórios	175.080	25,79	2,53	165.911	23,47	2,60
Previdência privada	45.845	6,75	0,66	91.757	12,98	1,44
Saúde	30.117	4,44	0,43	26.132	3,70	0,41
Segurança e medicina no trabalho	8.739	1,29	0,13	8.720	1,23	0,14
Educação	775	0,11	0,01	84	0,01	0,00
Cultura	134	0,02	0,00	121	0,02	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	20.623	3,04	0,30	20.064	2,84	0,31
Creches ou auxílio-creche	1.214	0,18	0,02	1.259	0,18	0,02
Participação nos lucros ou resultados	236.031	34,77	3,41	162.566	23,00	2,55
Outros	11.640	1,71	0,17	10.960	1,55	0,17
Total - Indicadores Sociais Internos	586.427	86,42	8,47	543.167	76,84	8,51
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	2.267	0,39		2.006	0,34	0,03
Cultura	5.139	0,89	0,07	9.474	1,61	0,15
Outros Doações/Subvenções/Projetos Sociais/ Esporte	51.157	8,89	0,74	8.092	1,38	0,13
Total das Contribuições para a Sociedade	56.296	9,79	0,81	19.572	3,33	0,31
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.340.479	754,65	62,66	4.033.611	686,68	63,18
Total - Indicadores Sociais Externos	4.404.181	774,62		4.053.183	690,01	63,48
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	26.546	4,62	0,38	24.720	4,21	0,39
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	26.546	4,62	0,38	24.720	4,21	0,39
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período	6.807			7.461		
Nº de admissões durante o período	3			0		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	ND			ND		
Nº de estagiários (as)	299			316		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	1866			2.019		
- 2º Grau	4305			4.695		
- 1º Grau	552			644		
- Até 1º Grau incompleto	84			ND		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	2.349			2.910		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	822			944		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	11,96%			12,30%		
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	2186			2.333		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	15,38%			0,90%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	41			39		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010			Metas 2011		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia				ND		
Número total de acidentes de trabalho	72			ND		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() pela direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() pela direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados
A previdência privada contempla:	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
7) Outras Informações						
I. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.						
II. Merece destaque a reciclagem de lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública em toda a área de concessão da Companhia, totalizando no ano de 2009, 277.836 lâmpadas. Além disso, foram regenerados e reutilizados, também em 2009, aproximadamente 214 mil litros de óleo mineral isolante retirados dos transformadores colocados fora de operação.						
III. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.						
IV. Foram alienados ou reciclados 2.325 toneladas de material e equipamentos. Dentre os materiais estão isoladores de porcelana, sucatas metálicas de medidores, reatores, cabos, fios e baterias.						
* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa".						

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**A CEMIG DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS**

Descrições	2009	2010
Atendimento		
Número de consumidores (em milhares)	6.832	7.064
Número de empregados	7.461	6.807
Número de consumidores por empregado	916	1.038
Número de localidades atendidas	5.415	5.415
Número de municípios atendidos	774	774
Mercado		
Área de concessão (Km ²)	567.478	567.478
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.388	1.409
Tarifas médias de fornecimento – incluindo ICMS (R\$/MWh)		
Residencial	465,39	486,70
Comercial	435,65	442,70
Industrial	351,88	354,15
Rural	254,82	256,20
DEC (horas)	14,10	13,08
FEC (número de interrupções)	6,76	6,59
Privação de fornecimento por consumidor – minutos/mês	70	65
Operacionais		
Número de Subestações	361	360
Linhas de Subtransmissão (Km)	16.694	16.835
Linhas de Distribuição (Km)		
Urbana	90.180	91.465
Rural	353.345	362.470
Financeiros		
Receita operacional – R\$ milhões	10.261	11.074
Receita operacional líquida - R\$ milhões	6.694	6.927
Margem operacional - %	19,12	11,54
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	1.636	1.177
Lucro líquido - R\$ milhões	776.214	441.002
Lucro líquido por lote de 1000 ações R\$	343,15	194,96
Patrimônio líquido - R\$ milhões	2.095	2.377
Valor patrimonial por lote de mil ações	926,00	1.050,80
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	52,18	21,05
Endividamento do patrimônio líquido - %	313,22	303,87
Liquidez Corrente	0,74	1,30
Liquidez Geral	0,92	0,96

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho**COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA**

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	
Membros Efetivos	Membros Suplentes
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Antônio Adriano Silva	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Francelino Pereira dos Santos	Luiz Antônio Athayde Vasconcelos
Maria Estela Kubitschek Lopes	Fernando Henrique Schuffner Neto
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Guy Maria Vilela Paschoal	Cezar Manoel de Medeiros
Eduardo Borges de Andrade	Ricardo Antônio Mello Castanheira
Otávio Marques de Azevedo	Renato Torres de Faria
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Newton Brandão Ferraz Ramos
Ricardo Coutinho de Sena	Paulo Márcio de Oliveira Monteiro
Saulo Alves Pereira Junior	Tarcísio Augusto Carneiro

CONSELHO FISCAL	
Membros Efetivos	Membros Suplentes
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Vicente de Paulo Barros Pegoraro	Newton de Moura
Helton da Silva Soares	Rafael Cardoso Cordeiro

DIRETORIA EXECUTIVA	
Nome	Cargo
Djalma Bastos de Moraes	Diretor-Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
José Carlos de Mattos	Diretor de Distribuição e Comercialização
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
Fuad Jorge Noman Filho	Diretor de Gás
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Maria Celeste Moraes Guimarães	Diretora Jurídica
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

RELAÇÕES COM INVESTIDORES**Superintendência de Relações com Investidores**

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônicoSite: www.cemig.com.brE-Mail: ri@cemig.com.br

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E BALANÇO DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 . CONTEXTO OPERACIONAL

(a) A Companhia

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.063.389 consumidores em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

(b) Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com os contratos de concessão, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Notas Explicativas

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos através de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações. Vide notas 2 e 4.

2 . BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 . Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis:

- foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"); normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM");
- foram elaboradas e preparadas conforme as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB");
- essas são as primeiras Demonstrações Contábeis preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 ("Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade") foi aplicado;
- os impactos decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade brasileiras e das IFRS estão descritos em maiores detalhes no item 2.2 desta Nota;
- em 16 de março de 2011 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e o consequente envio ao Conselho de Administração para aprovação.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 . Moeda funcional e moeda de apresentação

Notas Explicativas

Essas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 . Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na nota explicativa 2.7 – concessões.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 7 - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Nota 15 - Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 19 - Amortização;
- Nota 16 - Provisões;
- Nota 18 - Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 23 – Mensuração de Instrumentos Financeiros e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 . Isenções

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

- Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – A Companhia considerou impraticável a aplicação retroativa da interpretação em função do volume e idade dos seus ativos de distribuição, denominados concessões antigas. Dessa forma, foram utilizados os saldos contábeis desses ativos na data de transição.

Notas Explicativas

2.6. Harmonização das normas contábeis brasileiras às IFRS

Como relatado na nota explicativa 2.1, estas são as primeiras Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas de acordo com as IFRS.

As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa 2.8 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, nas informações comparativas apresentadas nestas Demonstrações Contábeis para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2009 e na preparação do balanço patrimonial de abertura em IFRS para a posição financeira em 1º de janeiro de 2009 (data de transição da Companhia).

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura em IFRS, a Companhia ajustou valores anteriormente apresentados em Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com a prática contábil anteriormente adotada. Uma explicação de como a transição da prática contábil anteriormente adotada para IFRS afetou a posição financeira e o desempenho financeiro da Companhia, apresentado na nota seguinte.

2.7. Principais impactos e alterações nas Demonstrações Contábeis em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e as normas IFRS

Os principais efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia em função da adoção em 2010 dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis de nºs 15 a 43, das Interpretações Técnicas de nºs 1 a 16, das Orientações Técnicas de nºs 3 a 5, além das normas IFRS, estão descritos a seguir:

a) Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) e Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão

Esta Interpretação, especifica condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;
- o concedente controla, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Quando da análise dos contratos de concessão da Companhia, constatou-se que as condições acima mencionadas se aplicam para os contratos de distribuição da Companhia.

Notas Explicativas

De acordo com a Interpretação, quando um concessionário é remunerado pelos usuários dos serviços públicos, em decorrência da obtenção do direito de cobrá-los a um determinado preço e período pactuado com o Poder Concedente, o valor despendido pelo concessionário na aquisição desse direito é reconhecido no Ativo Intangível.

Por outro lado, quando o responsável pela remuneração dos investimentos feitos pelo concessionário for o Poder Concedente e o contrato estabelecer que há o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro, independentemente do uso efetivo da infraestrutura (demanda) ao longo do prazo de concessão, é necessário o reconhecimento do Ativo Financeiro.

Considerando as características das concessões de distribuição da Companhia foi utilizado na adoção inicial o modelo bifurcado, com o desmembramento da infraestrutura de concessão entre Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

Aplicação na atividade de distribuição:

Na atividade de distribuição a infraestrutura recebida ou construída é recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Dessa forma, a Companhia mensurou o valor dos ativos, anteriormente registrados no Imobilizado, que não estarão integralmente amortizados até o final da concessão, registrando esse valor como um Ativo Financeiro da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente. A diferença entre o valor anteriormente registrado no Imobilizado e o Ativo Financeiro da Concessão constituído foi transferida para o Ativo Intangível. Ou seja, os valores registrados no Intangível serão aqueles a serem amortizados até o final da concessão, de acordo com a estimativa de vida útil dos ativos estabelecida pela ANEEL.

Na Cemig Distribuição, apesar da existência de cláusula de renovação nos atuais contratos de concessão da Companhia por mais 20 anos, essa renovação não foi considerada para fins de bifurcação dos ativos, sendo utilizada a data de vencimento do atual contrato, em fevereiro de 2016.

Os valores registrados no Ativo Intangível serão amortizados em conformidade com a vida útil dos ativos, utilizando-se como base a estimativa elaborada pela ANEEL.

Notas Explicativas

Conforme definido pela Interpretação, considerando que as empresas de distribuição atuam essencialmente como responsáveis primárias em relação aos serviços de construção e instalação, é necessário o reconhecimento de receita e despesa de construção relacionadas a esses serviços.

Tendo em vista o modelo regulatório brasileiro, onde as empresas distribuidoras têm a sua remuneração baseada na operação e manutenção dos ativos e a construção de novas instalações é essencialmente terceirizada, entendemos que a margem de lucro nessa atividade de construção é imaterial, motivo pelo qual consideramos como nula para fins de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Para as contribuições do consumidor, registradas como obrigações especiais, foram adotados os seguintes procedimentos:

- o saldo inicial de obrigações especiais registrado na data de transição a ser amortizado até o vencimento da concessão. Caso seja estimado saldo remanescente, este deve ser classificado como Ativo Financeiro, em conta redutora;
- a parcela do saldo inicial que deve ser amortizado entre a data da transição da norma contábil e o vencimento da concessão deve ser classificada como Ativo Intangível, em conta redutora.

Em função do critério utilizado de realizar a bifurcação dos ativos entre Financeiro e Intangível tendo como base os valores contábeis então constantes do Imobilizado, a alteração mencionada não alterou o Patrimônio Líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2009.

b) Pronunciamento CPC 20 (IAS 23) - Encargos Capitalizados

A Companhia reavaliou os critérios para capitalização dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, sendo estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos dos empréstimos que estão em vigência e que não estão vinculados diretamente a um ativo qualificável.

Esse procedimento implicou na transferência de custos para as obras em montantes superiores aos apurados de acordo com a prática contábil anterior, quando eram transferidos apenas os custos dos empréstimos e financiamentos que eram diretamente vinculados às obras, e os custos dos demais empréstimos e financiamentos eram integralmente registrados no resultado.

Notas Explicativas

c) Pronunciamento CPC 27 (IAS 16) e ICPC 01 (IFRIC 12) – Rateio da Taxa de Administração

Até o exercício de 2009, a legislação do setor elétrico determinava que poderia ser apropriado mensalmente ao custo do imobilizado em curso até 8% dos gastos diretos de pessoal e serviços de terceiros, na proporção dos investimentos realizados, por meio de critério de rateio.

Esse procedimento está em desacordo com os novos pronunciamentos contábeis, sendo que a Companhia realizou o estorno desses valores que haviam sido incluídos no custo dos seus ativos em 2009 no montante de R\$27.576.

d) Pronunciamento CPC 33 (IAS 19) - Obrigações Pós-Emprego

A Companhia registra, desde o exercício de 2000, os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego.

Apesar do Pronunciamento CPC 33 não apresentar alterações significativas no cálculo atuarial das obrigações pós-emprego em relação aos critérios anteriores, é exigido que na adoção do pronunciamento sejam registradas as perdas atuariais acumuladas ainda não reconhecidas de períodos anteriores no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2009 e que se encontravam somente divulgadas em nota explicativa.

Dessa forma, a Companhia registrou uma obrigação adicional no valor de R\$460.556 em contrapartida ao Patrimônio Líquido, referente as perdas atuariais ainda não reconhecidas em 1º de janeiro de 2009.

Adicionalmente, e exclusivamente para as obrigações pós-emprego com aposentadoria, tendo em vista que a Companhia tem uma dívida pactuada com o Fundo de Pensão para a amortização de obrigações atuariais e que essa dívida é superior a obrigação definida pelo atuário em conformidade ao CPC 33, foi feito um registro adicional no passivo para que a obrigação registrada reflita exatamente a obrigação com o fundo de pensão, no montante de R\$460.556. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 15.

Dessa forma, tendo em vista que para as obrigações pós-emprego com aposentadoria o valor registrado no passivo corresponde à dívida, a atualização monetária e os juros incidentes sobre essa dívida estão registrados na despesa financeira. Para as demais obrigações pós-emprego com plano de saúde, odontológico e seguro de vida, as despesas são registradas como operacionais.

Notas Explicativas

e) Ativos e passivos regulatórios – Estrutura Conceitual (Framework)

A definição se os ativos e passivos regulatórios estariam dentro da estrutura conceitual das normas internacionais vem sendo discutida pelo International Accounting Standards Board – IASB desde 2005.

Em função destas discussões, uma minuta de pronunciamento relacionada aos procedimentos a serem adotados para o registro de ativos e passivos regulatórios nas empresas reguladas foi emitido pelo IASB em 2009 para análise e recebimento de contribuições. Em 2010, o IASB decidiu postergar a conclusão do projeto para 2011.

Portanto, para o exercício de 2010, não existe nenhuma norma específica em vigor que permita o reconhecimento destes ativos e passivos regulatórios.

Dessa forma, a Companhia realizou a baixa dos ativos e passivos regulatórios de suas Demonstrações Contábeis, estando apresentados na nota explicativa nº 21 os principais saldos dos itens regulatórios que não foram registrados nas Demonstrações Contábeis da Companhia na data de 1º de janeiro de 2009.

g) Impostos incidentes sobre os ajustes de adoção das novas normas contábeis

Em decorrência dos ajustes mencionados anteriormente nesta nota relacionados à adoção das novas normas contábeis, a Companhia efetuou o registro dos impostos incidentes sobre esses ajustes conforme demonstrado a seguir na conciliação dos balanços patrimoniais e na demonstração de resultado.

Conciliação do Balanço Patrimonial

A conciliação do Balanço Patrimonial para os ajustes efetuados em função da adoção das novas práticas contábeis são como segue:

Notas Explicativas

Os ajustes consolidados no Balanço Patrimonial estão demonstrados no item 2.7 desta nota.

ATIVO	Nota	01/01/2009		
		GAAP	Ajustes	IFRS e BRGAAP
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa		442.421	-	442.421
Consumidores e Revendedores		1.348.174	-	1.348.174
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela	E	296.372	(296.372)	-
Concessionários - Transporte de Energia	A	388.914	(30.061)	358.853
Tributos Compensáveis		342.830	-	342.830
Despesas Antecipadas – CVA	E	722.984	(722.984)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	E	78.342	(78.342)	-
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	E	46.240	(46.240)	-
Reajuste Tarifário Diferido	E	133.423	(133.423)	-
Fundos Vinculados		97.697	-	97.697
Estoques		23.410	-	23.410
Outros		268.242	(46.531)	221.711
TOTAL DO CIRCULANTE		4.189.049	(1.353.953)	2.835.096
NÃO CIRCULANTE				
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela	E	218.688	(218.688)	-
Despesas Antecipadas – CVA	E	265.494	(265.494)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	F	222.051	619.041	841.092
Tributos Compensáveis		57.351	-	57.351
Depósitos Vinculados a Litígios		212.832	-	212.832
Consumidores e Revendedores		17.380	-	17.380
Créditos com Pessoas Ligadas		23.860	-	23.860
Outros Créditos		37.009	(10.792)	26.217
		1.054.665	124.067	1.178.732
Ativo Financeiro da Concessão	A	-	1.509.111	1.509.111
Investimentos		5.554	-	5.554
Imobilizado	A	4.135.195	(4.135.195)	-
Intangível	A	225.919	2.626.084	2.852.003
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.421.333	124.067	5.545.400
TOTAL DO ATIVO		9.610.382	(1.229.886)	8.380.496

Notas Explicativas

PASSIVO	Nota	01/01/2009	Ajustes	01/01/2009
		GAAP Anterior		IFRS e BRGAAP
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos		295.236	-	295.236
Debêntures		20.281	-	20.281
Fornecedores		608.261	-	608.261
Impostos, Taxas e Contribuições	F	359.651	(73.428)	286.223
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		682.227	-	682.227
Salários e Encargos Sociais		195.878	-	195.878
Encargos Regulatórios		327.073	-	327.073
Participações nos Lucros		85.274	-	85.274
Obrigações Pós-Emprego		53.092	-	53.092
Passivos Regulatórios – CVA	E	452.297	(452.297)	-
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros		79.633	-	79.633
Outras		278.930	(14.204)	264.726
TOTAL DO CIRCULANTE		3.437.833	(539.929)	2.897.904
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos		1.675.007	-	1.675.007
Debêntures		732.144	-	732.144
Provisões e Contingências Judiciais		67.430	-	67.430
Obrigações Pós-Emprego	D	833.238	460.556	1.293.794
Impostos, Taxas e Contribuições		205.950	-	205.950
Passivos Regulatórios – CVA	E	156.453	(156.453)	-
Encargos Regulatórios		15.495	-	15.495
Outras		10.821	(5.553)	5.268
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.696.538	298.550	3.995.088
TOTAL DO PASSIVO		7.134.371	(241.379)	6.892.992
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES				
Capital Social		2.261.998	-	2.261.998
Reservas de Lucros		214.013	-	214.013
Prejuízos Acumulados		-	(988.507)	(988.507)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.476.011	(988.507)	1.487.504
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.610.382	(1.229.886)	8.380.496

Notas Explicativas

ATIVO	Nota	31/12/2009	Ajustes	31/12/2009
		GAAP Anterior		IFRS e BRGAAP
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa		246.201	-	246.201
Consumidores e Revendedores		1.504.191	-	1.504.191
Recomposição Tarifária Extraordinária e Parcela "A"	E	227.444	(227.444)	-
Concessionários - Transporte de Energia	A	318.974	(28.665)	290.309
Tributos Compensáveis		529.055	-	529.055
Despesas Antecipadas – CVA	E	727.443	(727.443)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	E	87.427	(87.427)	-
Fundos Vinculados		2.607	-	2.607
Estoques		20.047	-	20.047
Outros		206.251	(8.676)	197.575
TOTAL DO CIRCULANTE		3.869.640	(1.079.655)	2.789.985
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Despesas Antecipadas – CVA	E	195.208	(195.208)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	F	249.920	344.569	594.489
Ativo Regulatório PIS-PASEP/COFINS	E	46.240	(46.240)	-
Tributos Compensáveis		82.772	-	82.772
Depósitos Vinculados a Litígios		418.809	-	418.809
Consumidores e Revendedores		76.240	-	76.240
Créditos com Pessoas Ligadas		45.548	-	45.548
Outros Créditos		30.046	(773)	29.273
		1.144.783	102.348	1.247.131
Ativo Financeiro da Concessão	A	-	2.030.284	2.030.284
Investimentos		5.726	-	5.726
Imobilizado	A	4.445.059	(4.445.059)	-
Intangível	A	191.935	2.390.193	2.582.128
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.787.503	77.766	5.865.269
TOTAL DO ATIVO		9.657.143	(1.001.889)	8.655.254

Notas Explicativas

PASSIVO	Nota	31/12/2009	Ajustes	31/12/2009
		GAAP Anterior		IFRS e BRGAAP
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos		407.595	579.223	986.818
Debêntures		19.639	745.006	764.645
Fornecedores		608.903	-	608.903
Impostos, Taxas e Contribuições	F	302.115	(15.722)	286.393
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		202.306	-	202.306
Salários e Encargos Sociais		246.672	-	246.672
Encargos Regulatórios		238.952	-	238.952
Participações nos Lucros		69.624	-	69.624
Obrigações Pós-Emprego		58.651	-	58.651
Passivos Regulatórios – CVA	E	655.978	(655.978)	-
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros		78.305	-	78.305
Passivo Regulatório – Revisão Tarifária	E	71.302	(71.302)	-
Outras		255.617	(5.269)	250.348
TOTAL DO CIRCULANTE		3.215.659	575.958	3.791.617
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos		1.444.179	(579.223)	864.956
Debêntures		745.006	(745.006)	-
Provisões e Contingências Judiciais		73.851	-	73.851
Obrigações Pós-Emprego	D	776.609	527.619	1.304.228
Impostos, Taxas e Contribuições	F	420.877	1.017	421.894
Passivos Regulatórios – CVA	E	226.182	(226.182)	-
Encargos Regulatórios		92.366	-	92.366
Outras		17.290	(5.553)	11.737
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.796.360	(1.027.328)	2.769.032
TOTAL DO PASSIVO		7.012.019	(451.370)	6.560.649
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				
Capital Social		2.261.998	-	2.261.998
Reservas de Lucros		383.126	-	383.126
Prejuízos Acumulados		-	(550.519)	(550.519)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.645.124	(550.519)	2.094.605
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.657.143	(1.001.889)	8.655.254

Notas Explicativas

Resultado

A conciliação da Demonstração do Resultado para os ajustes efetuados no balanço de abertura e referente a 31 de dezembro de 2009 é como segue:

Os ajustes consolidados no Balanço Patrimonial estão demonstrados no item 2.7 desta nota.

	Nota	31/12/2009 GAAP Anterior	Ajustes	31/12/2009 IFRS e BRGAAP
RECEITA	A	6.384.667	309.440	6.694.107
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	E	(3.068.091)	584.780	(2.483.311)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	E	(531.091)	(21.558)	(552.649)
		(3.599.182)	563.222	(3.035.960)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores	C	(859.215)	(21.113)	(880.327)
Obrigações Pós-emprego	C	(24.756)	(67.063)	(91.819)
Materiais	C	(80.748)	(1.085)	(81.833)
Serviços de Terceiros	C	(525.473)	2.533	(522.940)
Amortização	C	(357.348)	559	(356.789)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(162.566)	-	(162.566)
Provisões Operacionais		(65.604)	-	(65.604)
Outras		(217.237)	658	(216.580)
		(2.292.947)	(85.511)	(2.378.458)
TOTAL DOS CUSTOS E DESPESAS		(5.892.129)	477.711	(5.414.418)
LUCRO BRUTO		492.538	787.151	1.279.689
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		492.538	787.151	1.279.689
Resultado Financeiro Líquido		(67.694)	(19.224)	(86.918)
Lucro antes dos Impostos		424.844	767.927	1.192.771
Imposto de Renda e Contribuição Social		(154.280)	-	(154.280)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	F	67.662	(329.939)	(262.277)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		338.226	437.988	776.214

Notas Explicativas

2.8. Reapresentação das Informações Trimestrais – ITRs do exercício de 2010.

A Companhia optou por apresentar suas informações trimestrais utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, conforme facultado pela CVM através da Deliberação nº 603.

Em função da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC, constantes do item 2.6 desta nota, a Companhia irá reapresentar os ITRs de 2010, comparativamente com os de 2009 também ajustados às normas de 2010, até a data de apresentação do primeiro ITR de 2011, conforme previsto na Deliberação CVM 626.

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada trimestre de 2010 e 2009 decorrentes da adoção das novas normas contábeis são como segue, abaixo demonstrados. Esses efeitos foram auditados pelos auditores independentes, mas sim submetidos à revisão dos auditores, realizada em conformidade à NPA 06 do IBRACON.

	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009	3º Trimestre 2009	4º Trimestre 2009
Lucro Acumulado até o Período	40.334	88.385	279.078	338.226
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	4.550	9.100	13.650	18.200
Encargos Capitalizados - CPC20	494	988	1.482	1.976
Obrigações pós emprego	(11.065)	(22.131)	(33.196)	(44.261)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	115.518	231.037	346.555	462.073
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	109.497	218.994	328.491	437.988
Lucro Líquido Ajustado	149.831	307.379	607.569	776.214

	1º Trimestre 2010	2º Trimestre 2010	3º Trimestre 2010	4º Trimestre 2010
Lucro Acumulado até o Período	82.904	72.086	170.117	262.288
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	(109)	(219)	(328)	(437)
Encargos Capitalizados - CPC20	2.122	4.243	6.365	8.486
Obrigações pós emprego	(7.924)	(15.848)	(23.771)	(31.695)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	50.590	101.180	151.770	202.360
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	44.678	89.357	134.035	178.714
Lucro Líquido Ajustado	127.583	161.442	304.152	441.002

	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009	3º Trimestre 2009	4º Trimestre 2009
Patrimônio Líquido	2.476.011	2.399.809	2.362.358	2.645.124
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	4.550	9.100	13.650	18.200
Encargos Capitalizados - CPC20	494	988	1.482	1.976
Obrigações pós emprego	(315.032)	(326.098)	(337.163)	(348.228)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(569.022)	(453.504)	(337.985)	(222.467)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	(879.010)	(769.513)	(660.016)	(550.519)
Patrimônio Líquido Ajustado	1.597.001	1.630.296	1.702.342	2.094.605

Notas Explicativas

	1º Trimestre 2010	2º Trimestre 2010	3º Trimestre 2010	4º Trimestre 2010
Patrimônio Líquido	2.728.028	2.665.331	2.697.081	2.747.830
Baixa Taxa Administração - CPC27 e ICPC01	18.091	17.981	17.872	17.763
Encargos Capitalizados - CPC20	4.098	6.219	8.341	10.462
Obrigações pós emprego	(356.152)	(364.076)	(371.999)	(379.923)
Reversão Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(171.003)	(120.413)	(69.823)	(19.233)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	(504.967)	(460.288)	(415.610)	(370.931)
Patrimônio Líquido Ajustado	2.223.062	2.205.043	2.281.472	2.376.899

2.8. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPC.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e **ativos financeiros disponíveis para venda**.

[r1] Comentário: A depender da classificação das aplicações financeiras que não são caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferências estão descritos na nota explicativa nº 17.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos Financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários, Aplicações Financeiras e os saldos de Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional incluídos em Caixa e Equivalentes de Caixa.

Notas Explicativas

Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Caixa e Equivalentes de Caixa, exceto as Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional, Contas a Receber do Governo de Minas Gerais, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios e Ativo Financeiro da Concessão.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do, ou sob a direção do, concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos – A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger parte de suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Notas Explicativas

c) Consumidores e Revendedores

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

[r2] Comentário: Confirmar se alguma controlada possui essa situação.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia; (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das ações em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível, não sendo depreciados ou amortizados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Ativos vinculados à concessão

Atividade de distribuição

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica, e reflete a vida útil estimada dos bens.

Notas Explicativas

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

f) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os ativos intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

g) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis a ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Notas Explicativas

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos do imobilizado e do intangível têm o seu valor recuperável testado, caso haja indicadores de perda de valor.

h) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

[r3] Comentário: Confirmar se aplicável.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeios que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de

Notas Explicativas

premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do laudo atuarial. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores; aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Notas Explicativas

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A participação nos lucros prevista no Estatuto Social, é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados e registradas na rubrica de despesa com pessoal.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

j) Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados fiscalmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

Notas Explicativas

k) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

l) Receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede básica de transmissão (concessões antigas) e distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

[r4] Comentário: Discutir.

m) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre os ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

Notas Explicativas

o) Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p) Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Em função do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, existe uma expectativa de que as novas normas, emendas e interpretações do IFRS a serem emitidas pelo IASB sejam também aprovadas pelo CPC no Brasil antes da data requerida para que entrem em vigor.

Dessa forma, seguem abaixo, na interpretação da Companhia, as alterações do IFRS previstas para ocorrem após 31 de dezembro de 2010 e ainda não adotadas no Brasil que podem impactar as demonstrações contábeis da CEMIG, estando ainda em processo de avaliação pela Administração os eventuais efeitos :

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013 - Simplifica o modelo de mensuração para ativos financeiros e estabelece duas categorias de mensuração principais: custo amortizado e valor justo.

3 . DAS CONCESSÕES

A Cemig Distribuição detém junto à ANEEL, as seguintes concessões:

Estado de Minas Gerais		Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
	Norte	04/1997	02/2016
	Sul	04/1997	02/2016
	Leste	04/1997	02/2016
	Oeste	04/1997	02/2016

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Renovação das concessões

As concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica possuem cláusula de renovação por mais 20 anos e, dessa foma, a Companhia tem a expectativa de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou nem mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

4 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Notas Explicativas

	2010	2009	01/01/2009
Contas Bancárias	47.768	51.609	90.539
Aplicações Financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários	452.955	191.403	343.714
Letras Financeiras do Tesouro	713	1.148	4.090
Letras do Tesouro Nacional	-	566	65
Outras	1.973	1.475	4.013
	455.641	194.592	351.882
	503.409	246.201	442.421

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são da alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

5 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				2010	2009	01/01/2009
Residencial	392.467	134.541	128.280	655.288	618.258	541.084
Industrial	87.635	28.131	290.666	406.432	499.045	394.659
Comércio, Serviços e Outras	199.001	40.289	89.427	328.717	330.576	289.906
Rural	55.038	17.484	26.639	99.161	98.481	99.657
Poder Público	48.718	11.600	27.266	87.584	95.697	76.358
Iluminação Pública	42.002	4.634	24.947	71.583	38.561	67.973
Serviço Público	54.837	13.542	35.753	104.132	120.090	76.217
Subtotal – Consumidores	879.698	250.221	622.978	1.752.897	1.800.708	1.545.854
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	917	917	917	989
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(238.714)	(238.714)	(221.194)	(181.289)
	879.698	250.221	385.181	1.515.100	1.580.431	1.365.554
Ativo Circulante				1.496.609	1.504.191	1.348.174
Ativo Não Circulante				18.491	76.240	17.380

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2010	2009	01/01/2009
Residencial	89.569	79.051	54.745
Industrial	48.403	51.420	43.989
Comércio, Serviços e Outras	64.018	57.443	53.911
Rural	15.091	11.661	11.996
Poder Público	4.823	3.023	2.515
Iluminação Pública	11.614	13.732	10.234

Notas Explicativas

Serviço Público	5.196	4.864	3.899
	238.714	221.194	181.289

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	2010	2009	01/01/2009
Saldo no início do exercício	221.194	181.289	223.840
Baixas por recebimentos	(30.045)	(21.311)	(107.751)
Constituição de provisão	47.565	61.216	65.200
Saldo no final do exercício	238.714	221.194	181.289

6 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS a Recuperar	145.528	149.686	115.275
COFINS	67.748	77.381	4.459
PASEP	14.704	16.795	968
Outros	923	648	417
	228.903	244.510	121.119
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	46.714	44.315	57.351
COFINS	42.728	31.597	-
PASEP	9.276	6.860	-
	98.718	82.772	57.351
	327.621	327.282	178.470

b) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Imposto de Renda	160.684	203.941	152.270
Contribuição Social	84.574	80.604	69.441
	245.258	284.545	221.711

Notas Explicativas

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2010 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2011, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até dezembro de 2011.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

7 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	2010	2009	01/01/2009
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias			
Obrigações Pós-Emprego	252.376	241.556	227.063
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	89.023	83.067	69.499
Provisão para Contingências	10.795	25.109	22.880
Instrumentos Financeiros	33.043	36.878	37.329
Tributos com Exigibilidade Suspensa	122.309	-	-
Ativos Regulatórios - CVA	6.541	91.856	388.307
Taxa de Administração	9.150	9.376	-
Variação Cambial	89.372	82.978	74.043
Outros	24.559	23.669	21.971
	637.168	594.489	841.092

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Notas Explicativas

Conforme as estimativas da Cemig Distribuição, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2010, conforme abaixo:

	2010
2011	246.402
2012	100.144
2013	96.874
2014	96.874
2015	96.874
	637.168

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2010	2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	575.162	1.192.771
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(195.555)	(405.542)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre Capital Próprio	53.960	51.562
Incentivos Fiscais	3.254	7.082
Contribuições e Doações Indedutíveis	(3.659)	(4.238)
Acerto DIPJ ano anterior Imposto de Renda e Contribuição Social	5.688	5.901
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.171	691
Outros	981	(72.013)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(134.160)	(416.557)
Alíquota efetiva	23,33%	34,92%
Corrente	(188.518)	(154.280)
Diferido	54.358	(262.277)

c) Regime Tributário de Transição:

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para o ano de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008.

8 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Notas Explicativas

Os depósitos vinculados a litígio relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
Trabalhista	119.622	128.942	107.103
Obrigações Fiscais			
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700	-
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	472.678	254.835	80.958
Outros	332	277	188
Outros	43.565	29.055	24.583
	<u>641.897</u>	<u>418.809</u>	<u>212.832</u>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 12.

9 . ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, item 2.6.a, os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC.01, que trata de contabilidade de concessões.

Considerando os ativos vinculados a concessão são utilizados integralmente na atividade de distribuição de energia, a receita referente a atualização desses ativos compõem a receita de fornecimento da Companhia.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldos
Saldo em 01/01/2009	<u>1.509.111</u>
Adições	521.173
Saldo em 31/12/2009	<u>2.030.284</u>
Adições	356.809
Saldo em 31/12/2010	<u>2.387.093</u>

Notas Explicativas

10 . INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2010

	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009
	Taxa média de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativos da Concessão	5,11	7.447.052	(5.387.781)	2.059.271	2.369.276	2.620.392
(-) Obrigações especiais	4,13	(1.239.699)	334.633	(905.066)	(974.342)	(1.064.086)
Ativos da concessão líquidos		6.207.353	(5.053.148)	1.154.205	1.394.934	1.556.306
Intangível		1.498.009	-	1.498.009	1.187.194	1.295.697
		7.705.362	(5.053.148)	2.652.214	2.582.128	2.852.003

b) Mutação do ativo intangível em 2010

	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2010
Ativos da Concessão	2.369.276	208.969	(14.122)	(504.852)	2.059.271
(-) Obrigações especiais	(974.342)	(58.042)	-	127.318	(905.066)
Ativos da concessão líquidos	1.394.934	150.927	(14.122)	(377.534)	1.154.205
Intangível	1.187.194	310.815	-	-	1.498.009
	2.582.128	461.742	(14.122)	(377.534)	2.652.214

c) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2009

	Taxa média de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da Concessão	5,14	7.333.451	(4.964.175)	2.369.276
(-) Obrigações especiais	4,06	(1.181.657)	207.315	(974.342)
Ativos da concessão líquidos		6.151.794	(4.756.860)	1.394.934
Intangível		1.187.194	-	1.187.194
		7.338.988	(4.756.860)	2.582.128

Notas Explicativas

d) Mutação do ativo intangível em 2009

EMPRESAS	Saldo em 01/01/2009	Adições	Baixas e Alienações	Amortização	Saldo em 31/12/2009
Ativos da Concessão	2.620.392	315.596	(87.796)	(478.916)	2.369.276
(-) Obrigações especiais	(1.064.086)	(32.383)		122.127	(974.342)
Ativos da concessão líquidos	1.556.306	283.213	(87.796)	(356.789)	1.394.934
Intangível	1.295.697	(103.523)	(4.980)		1.187.194
	2.852.003	179.690	(92.776)	(356.789)	2.582.128

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Intangível para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

As obrigações especiais são amortizadas por taxa correspondente à taxa média dos ativos de distribuição.

Notas Explicativas

A composição das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica é como segue:

	2010	2009
Participação da União	334.976	387.809
Participação dos Estados	40.102	24.885
Participação dos Municípios	371.902	332.229
Participação do Consumidor	1.756.651	1.713.931
Outros	6.500	3.273
	<u>2.510.131</u>	<u>2.462.127</u>

A taxa de amortização média anual da Companhia, na atividade Distribuição, é de 5,09%. As principais taxas anuais de amortização, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,70	Software	20,00
Condutor do Sistema	5,00	Veículos	20,00
Estrutura do Sistema	5,00	Equipamento Geral	10,00
Transformador	5,00	Edificação	4,00
Disjuntor	3,00		
Banco de Capacitores	6,70		
Regulador de Tensão	4,80		

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Notas Explicativas

11 . FORNECEDORES

	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -			
Eletrobrás – Energia de Itaipu	128.840	136.807	169.196
Furnas	26.847	55.540	68.366
CCEE	99.924	17.303	67.829
Cemig Geração e Transmissão	28.145	34.883	20.881
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	10.548	27.700	26.226
CESP – Cia. Energética de São Paulo	4.852	16.474	16.502
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	11.739	13.751	13.501
Ponte de Pedra Energética	12.389	11.925	11.508
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	1.367	29.890	-
Outros Geradores e Distribuidores	251.341	107.405	48.959
	575.992	451.678	442.968
Materiais e Serviços	194.147	157.225	165.293
	770.139	608.903	608.261

12 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2010	2009	01/01/2009
Circulante			
ICMS	217.203	237.276	221.127
COFINS	16.602	18.139	33.298
PASEP	3.599	3.932	7.223
INSS	16.177	13.175	11.980
Outros	9.804	13.871	12.595
	263.385	286.393	286.223
Não Circulante			
COFINS	417.772	235.981	78.053
PASEP	90.701	51.233	16.946
	508.473	287.214	94.999
	771.858	573.607	381.222

	2010	2009	01/01/2009
Não Circulante			
Obrigações Diferidas			
Imposto de Renda	144.208	99.030	81.582
Contribuição Social	51.915	35.650	29.370
	196.123	134.680	110.952

Notas Explicativas

As Obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

As Obrigações Diferidas, do Não Circulante, de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, em sua maior parte, ao efeito fiscal decorrente do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10.

13 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	2010						2009	01/01/2009
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Reclassificado Total	Reclassificado
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6.00	USD	20.942	41.655	62.597	87.205	117.025
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	3.772
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	10.299
ABN AMRO Real S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	-	3.320
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.797	42.238	51.035	66.775	93.868
B.N.P. – Paribas	2010	Libor + 1,875	EUR	-	-	-	4.292	17.410
KFW	2016	4,5	EUR	1.470	7.347	8.817	11.577	17.087
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-	-	4.796
UNIBANCO S.A (4)	-	-	-	-	-	-	-	11.297
Dívida em Moeda Estrangeira				31.209	91.240	122.449	169.849	279.504
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	5.876	10.000	15.876	56.913	57.254
Banco do Brasil S.A	2013	107,60 do CDI	R\$	7.067	96.000	103.067	91.403	-
Banco do Brasil S.A	2014	104,1 do CDI	R\$	5.947	300.000	305.947	20.993	21.434
Banco do Brasil S.A	2013	10,83	R\$	36.953	593.541	630.494	102.079	104.835
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	50.782	97.889	148.671	304.752	307.426
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	38.477	66.217	104.694	138.529	141.197
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	1.270	2.605	3.875	3.880	3.968
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.508	49.107	74.615	99.272	99.771
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	-	-	-	29.270	29.283
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	71.057	120.434	191.491	253.126	258.554
Debêntures (5)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.720	470.613	472.333	318.699	324.641
Debêntures (5)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	20.198	334.440	354.638	445.946	427.784
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	61.997	311.368	373.365	353.341	369.632
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.184	2.707	5.891	5.393	5.301
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	12.693	24.979	37.672	50.184	50.291
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	36.805	65.112	101.917	134.874	136.647
Banco do Nordeste do Brasil	2010	TR + 7,30	R\$	-	-	-	37.851	104.950
Outros	2010	Diversas	R\$	-	-	-	65	196
Dívida em Moeda Nacional				379.534	2.545.012	2.924.546	2.446.570	2.443.164
Total Geral				410.743	2.636.252	3.046.995	2.616.419	2.722.668

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
(2) a (4) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (2) CDI + 2,00% a.a.; (3) CDI + 2,12% a.a.; e (4) CDI + 3,01% a.a.
(5) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, em 31 de dezembro de 2010, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	29.739	26.635	24.550	1.862	-	-		30.846	113.632
Euro	1.470	1.470	1.470	1.469	1.469	1.469	-	-	8.817
	31.209	28.105	26.020	3.331	1.469	1.469	-	30.846	122.449
Indexadores									
Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	1.720	-	-	-	156.871	156.871	156.871	-	472.333
Índice Geral de Preços– Mercado–IGP-M	20.198	-	-	334.440	-	-	-	-	354.638
Unidade Fiscal de Referência – UFIR/RGR	61.992	58.361	52.714	51.391	45.120	35.928	27.702	40.157	373.365
Certificado Depósito Interbancário – CDI	254.476	366.491	365.992	100.868	-	-	-	-	1.087.827
Sem Indexador	37.964	-	592.530	-	-	-	-	-	630.494
Outros	3.184	403	436	817	449	200	200	200	5.889
	379.534	425.255	1.011.672	487.516	202.440	192.999	184.773	40.357	2.924.546
	410.743	453.360	1.037.692	490.847	203.909	194.468	184.773	71.203	3.046.995

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2010 %	Variação Acumulada em 2009 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2010 %	Variação Acumulada em 2009 %
Dólar Norte-Americano	(4,31)	(25,49)	IGP-M	11,32	(1,72)
Euro	(11,14)	(22,57)	FINEL	2,18	(0,35)
			SELIC	9,78	9,93
			CDI	9,71	9,84
			IPCA	5,63	4,22

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2009	2.722.668
Financiamentos obtidos	118.622
Variação monetária e cambial	(45.480)
Encargos financeiros provisionados	236.528
Encargos Capitalizados	6.694
Encargos financeiros pagos	(254.939)
Amortização de financiamentos	(167.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.616.419
Financiamentos obtidos	665.591
Variação monetária e cambial	49.166
Encargos financeiros provisionados	272.900
Encargos Capitalizados	2.168
Encargos financeiros pagos	(230.691)
Amortização de financiamentos	(318.977)
Custo de transação	(11.859)
Amortização custo transação	2.278
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.046.995

As captações de recursos durante o exercício de 2010 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
ELETROBRAS	2016	5,00	217
ELETROBRAS	2015	5,00	15.543
BANCO DO BRASIL S/A	2013	10,82	230.000
BANCO DO BRASIL S/A	2013	10,82	370.000
ELETROBRAS	2020	5,00	49.831
Total de Captações			665.591

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Distribuição possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”):

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Notas Explicativas

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, uma delas não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31/12/2010
Dívida/(PL + Dívida)	Menor ou igual a 53%	56,18%

A Companhia obteve dos credores o consentimento de que não irão exercer seus direitos de exigir o pagamento imediato ou antecipado do montante devido até 31 de dezembro de 2011. Os financiamentos são classificados como Passivo Circulante e Não Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento de forma antecipada, antes de 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não atendeu a determinadas cláusulas restritivas mencionadas acima, sendo obtido o consentimento dos credores durante o ano de 2010. Dessa forma, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidas no circulante em 2009 e reclassificados para o não circulante em 2010.

14 . ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2010	2009	01/01/2009
Reserva Global de Reversão – RGR	29.330	15.504	20.931
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	40.542	7.173	36.613
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	28.385	28.658	24.288
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.697	1.874	2.026
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.124	2.739	19.605
Eficiência Energética	157.488	166.127	142.074
Pesquisa e Desenvolvimento	102.701	93.595	78.692
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.062	1.370	9.802
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	14.477	13.071	7.330
Adicional 0,30 Lei 12.111/09	3.128	-	-
	382.141	331.318	342.568
Passivo Circulante	273.075	238.952	327.073
Passivo Não Circulante	109.066	92.366	15.495

Notas Explicativas

15 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Notas Explicativas

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. Em 2010 foi concluído o processo de separação do plano de saúde, sendo criada a empresa “Cemig Saúde” e mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Em função do pronunciamento mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31 de dezembro de 2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$628.500 em 31 de dezembro de 2010 (R\$653.622 em 31 de dezembro de 2009) e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, contra patrimônio líquido na data de transição estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Notas Explicativas

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações fundeadas	4.539.508	409.923	12.127	328.509
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.460.035)	-	-	-
Valor presente de obrigações não fundeadas	(79.473)	409.923	12.127	328.509
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	(377.892)	(5.976)	9.845	(13.348)
Custo do Serviço Passado Não Reconhecido	-	-	-	-
Passivo Líquido	457.365	403.947	21.972	315.161
Complemento referente dívida com a Forluz	171.135	-	-	-
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	628.500	403.947	21.972	315.161

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego vem sendo reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Obrigação de benefício definido em 31/12/2009	4.006.753	370.846	17.141	284.993
Custo do Serviço Corrente	3.603	3.657	148	4.019
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	414.070	38.786	1.817	30.247
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	420.965	35.419	(6.476)	16.663
Benefícios pagos	(305.883)	(38.785)	(503)	(7.413)
Obrigação de benefício definido em 31/12/2010	4.539.508	409.923	12.127	328.509

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2009	3.702.993	-	-	-
Retorno realizado	964.696	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	-	-
Contribuições do Empregador	98.229	-	-	-
Benefícios pagos	(305.883)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2010	4.460.035	-	-	-

Notas Explicativas

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2010 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	3.603	3.657	148	4.019	11.427
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	414.070	38.786	1.817	30.247	484.920
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(408.233)	-	-	-	(408.233)
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	-	(150)	-	(150)
Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-
Contribuição dos Empregados	-	-	-	-	-
Despesa conforme laudo atuarial	9.440	42.443	1.815	34.266	87.964
Ajuste referente dívida com a Forluz	63.667	-	-	-	63.667
Despesa em 2010 total	73.107	42.443	1.815	34.266	151.631

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31/12/2009	653.622	400.289	20.660	288.308	1.255.411
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	73.107	42.443	1.815	34.266	87.964
Contribuições Pagas	(98.229)	(38.785)	(503)	(7.413)	(144.930)
Passivo Líquido em 31/12/2010	628.500	403.947	21.972	315.161	1.198.445
Passivo Circulante	53.579	-	-	-	53.579
Passivo Não Circulante	574.921	403.947	21.972	315.161	1.316.001

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2011 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	4.715	7.884	235	3.124
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	458.983	41.371	1.222	33.982
Reconhecimento de (Ganhos) e Perdas Atuariais	-	-	(487)	-
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(499.579)	-	-	-
Despesa em 2010	(35.881)	49.255	970	37.106

Notas Explicativas

A expectativa de pagamento de benefícios e contribuições para o exercício de 2011 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	336.490	31.833	973	9.750

A Cemig D tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2011 no montante de R\$104.702.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2010	2009
Ações de empresas brasileiras	15,00%	10,00%
Títulos de Renda Fixa	85,00%	84,00%
Imóveis	-	3,00%
Outros	-	3,00%
	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da CEMIG, controladora da Cemig Distribuição:

	2010	2009
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	450.107	249.776
Ações emitidas pela Patrocinadora	9.684	10.415
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	184.914	159.337

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2010	2009
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	10,76%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	11,50%	11,34%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	4,00%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	6,08%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

16 . PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A Companhia constitui provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço, conforme segue:

Notas Explicativas

	Saldo em 01/01/2009	Saldo em 2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 2010
Trabalhistas					
Diversos	6.195	7.562	4.433	-	11.995
Cíveis					
Danos Pessoais	7.801	6.861	(2.547)	-	4.314
Majoração Tarifária	1.410	2.213	180.362	(181.408)	1.167
Outras	8.310	8.003	32.002	(25.732)	14.273
Regulatórios					
Processos Administrativos da ANEEL	43.714	49.212	(49.212)	-	-
Total	67.430	73.851	165.038	(207.140)	31.749

Processos Administrativos da ANEEL

Em 2007, a ANEEL notificou a Companhia por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício. A Companhia constituiu provisão correspondente a perda que considerou como mais provável que sim do que não que existia uma obrigação presente na data do balanço. Em 2010, esta notificação foi arquivada pela ANEEL, que julgou procedente o recurso da Cemig D, incorrendo na reversão da provisão constituída, no valor de R\$49.212.

Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG, controladora da Companhia, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano.

Em maio de 2010, a Companhia firmou um acordo referente à ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A. relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia - DNAEE durante o Plano Cruzado. Por meio desse acordo, a Companhia concordou em pagar ao consumidor um montante de R\$177.592, sendo R\$92.592 compensados com faturas em aberto e R\$85.000 a serem pagos por dedução dos pagamentos futuros relativos ao fornecimento de eletricidade e utilização dos sistemas de distribuição, sem qualquer ajuste ou correção monetária e já incluindo os honorários advocatícios, integralmente reconhecido no resultado do período.

Em função do acordo mencionado, os valores provisionados e ainda não compensados com faturas de energia, no montante de R\$22.616, passaram a ser efetivamente um Contas a Pagar da Companhia e foram transferidos para a rubrica de outros passivos de curto prazos.

Passivos Contingentes

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

Notas Explicativas

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, no montante de R\$127.607, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Cemig D e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente e, ainda, foi fixada multa diária de R\$1 mil no caso de descumprimento da decisão. Contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$112.468.

Contribuições à Seguridade Social

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração exigindo contribuições destinadas à Seguridade Social, relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no valor de R\$164.211.

Não recolhimento de ICMS incidente sobre a TUSD

A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais emitiu Auto de Infração exigindo o recolhimento do ICMS incidente sobre às parcelas que compõem a TUSD faturadas no período de ago/2005 a set/10, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida. O valor da contingência é de R\$163.717.

Notas Explicativas

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$162.008.

Contingências da Controladora

A CEMIG, controladora da Companhia, discute em juízo ações para as quais considera ser mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço. Um eventual desfecho negativo nessas causas pode vir a impactar os negócios da Cemig D. As principais causas que têm esta característica estão descritas a seguir:

- Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais ajuizaram ações cíveis contra a CEMIG, no valor aproximado de R\$29.442, contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo recomposição tarifária extraordinária e índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003. Foi solicitado o reembolso em dobro dos montantes que eventualmente venham a ser considerados como cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.
- A CEMIG é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total aproximado de R\$636.723. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

17 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, o capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Notas Explicativas

a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, à sua Controladora antes da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

No exercício de 2010, entretanto, o lucro no ano, de R\$441.002 será integralmente destinado à compensação de prejuízos acumulados, no valor de R\$709.227, decorrentes da adoção das novas normas de contabilidade, com registro dos efeitos anteriores a 2010 diretamente contra o Patrimônio Líquido da Companhia, e pagamento de juros sobre o capital próprio, desse prejuízo.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Distribuição foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

Os benefícios fiscais decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio foram de R\$53.942, reconhecidos no resultado do exercício de 2010 (R\$51.562 em 2009).

Lucro por ação

Os lucros por ação em 2010 e 2009 foram de R\$0,20 e R\$0,34 respectivamente, sendo calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia em cada um dos anos mencionados.

b) Reserva Legal

O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2010 e 2009 corresponde a R\$178.924. A Companhia não constituiu reserva legal adicional em 2010 em função da utilização integral do lucro do ano para compensação de prejuízo acumulado.

c) Reserva de Retenção de Lucros

O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2010 e 2009 corresponde a R\$204.202.

Notas Explicativas

18 . RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2010	2009
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos	9.350.411	9.223.397
Receita de uso da rede – consumidores livres	1.640.489	1.195.506
Outras receitas operacionais	83.755	85.443
Impostos incidentes sobre as receitas acima	(4.147.533)	(3.810.239)
	6.927.122	6.694.107

Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede – consumidores cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	(Não auditado pelos auditores independentes)				R\$	
	Nº de Consumidores		MWh			
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Residencial	5.774.879	5.601.926	8.134.143	7.774.466	3.958.883	3.691.454
Industrial	75.839	75.018	4.757.191	4.826.009	1.684.748	1.730.218
Comércio, Serviços e Outros	609.243	596.285	4.775.770	4.642.166	2.114.226	2.060.567
Rural	532.776	490.140	2.455.112	2.208.247	628.997	563.757
Poder Público	58.646	56.563	762.207	718.070	325.667	311.481
Iluminação Pública	3.357	3.131	1.067.876	1.057.666	276.944	271.510
Serviço Público	8.649	8.474	1.113.789	1.070.536	323.699	316.867
Subtotal	7.063.389	6.831.537	23.066.088	22.297.160	9.313.164	8.945.854
Consumo Próprio	826	824	35.505	34.844	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (*)	-	-	-	-	132.772	264.734
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(101.423)	12.333
	7.064.215	6.832.361	23.101.593	22.332.004	9.344.513	9.222.921
Transações com Energia na CCEE	-	-	1.935.630	219.494	5.898	476
Total	7.064.215	6.832.361	25.037.223	22.551.498	9.350.411	9.223.397

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRÁS.

Receita de uso da rede – consumidores livres

Representa os encargos cobrados dos consumidores livres referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) da Cemig Distribuição.

Notas Explicativas

Outras receitas operacionais

	2010	2009
Serviço Taxado	15.984	16.248
Outras Prestações de Serviços	12.560	12.573
Aluguel e Arrendamento	54.689	55.221
Outras	522	1.401
	83.755	85.443

Impostos incidentes sobre a receita

	2010	2009
ICMS	2.184.006	2.078.024
COFINS	821.093	790.182
Reserva Global de Reversão – RGR	66.179	61.807
PIS-PASEP	197.310	171.553
Programa de Eficiência Energética-PEE	37.151	34.168
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	340.620	343.895
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	435.288	296.072
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	14.850	13.665
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	14.850	12.906
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	7.425	7.584
ISSQN	494	383
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	28.267	-
	4.147.533	3.810.239

19 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2010	2009
Pessoal (a)	759.155	880.327
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	236.031	162.566
Obrigações Pós-Emprego (Nota 15)	78.524	91.819
Materiais	98.929	81.833
Serviços de Terceiros (b)	641.620	522.940
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.925.045	2.483.311
Amortização	377.534	356.789
Provisões Operacionais (d)	208.821	65.604
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	615.584	552.649
Outras Despesas Líquidas (e)	186.422	216.580
	6.127.665	5.414.418

Notas Explicativas

a) DESPESAS COM PESSOAL	2010	2009
Remunerações e Encargos	678.768	724.296
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	45.845	31.057
Benefícios Assistenciais	99.514	97.962
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(79.550)	(130.658)
Programa de Desligamento de Empregados	14.578	157.670
	<u>759.155</u>	<u>880.327</u>

Programas de desligamento de empregados

a) Programa Prêmio Desligamento – PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este Programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 523 empregados, sendo que a despesa referente aos incentivos financeiros foi substancialmente reconhecida no resultado de 2008.

b) Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A Companhia implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados substancialmente no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a Companhia garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, ocorrida no período de junho de 2009 a dezembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 805 empregados da Cemig Distribuição S.A., sendo reconhecida uma despesa em 2010 referente aos incentivos financeiros no valor de R\$14.578 (R\$153.890 em 2009).

c) Participação dos empregados e administradores no resultado

Notas Explicativas

A Companhia utilizou como critério geral para pagamento da participação dos empregados nos resultados dos exercícios de 2010 e 2009 um percentual de 3% do resultado operacional, ajustado por alguns itens definidos pela ANEEL na Prestação Anual de Contas – PAC, a serem pagas até o mês de maio de 2010. Adicionalmente, no dissídio coletivo em novembro de 2010 e 2009 foi acordado com os sindicatos o pagamento adicional de participações extraordinárias a cada empregado. A parcela adicional mencionada foi paga dentro do exercício de 2010.

Em conformidade com os referidos acordos, as participações nos resultados do exercício de 2010 e 2009 da Companhia, incluindo a contribuição para o plano de pensão incidente sobre os valores da participação, corresponderam a R\$236.031 e R\$162.566, respectivamente.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	2010	2009
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	135.576	118.509
Comunicação	68.815	62.889
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	159.270	104.219
Conservação e Limpeza de Prédios	30.832	24.287
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	25.849	16.115
Mão de Obra Contratada	46.719	34.203
Fretes e Passagens	5.960	5.448
Hospedagem e Alimentação	17.165	13.710
Vigilância	7.720	6.639
Consultoria	2.226	5.748
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	33.403	27.317
Manutenção e Conservação de Veículos	21.151	18.625
Corte e Religação	31.789	27.295
Podas de árvores	18.673	12.625
Outros	36.472	45.311
	641.620	522.940

c) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	2010	2009
Energia de Itaipu Binacional	788.000	929.204
Energia de Curto Prazo	281.319	73.663
Contatos Bilaterais	250.180	244.231
Energia adquirida em Leilão	1.699.796	1.360.020
PROINFA	162.120	147.738
Créditos de PASEP/COFINS	(256.370)	(271.545)
	2.925.045	2.483.311

d) PROVISÕES OPERACIONAIS	2010	2009
Prêmio de Aposentadoria	(3.783)	(2.033)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	47.565	61.216
Contingências Trabalhistas	4.434	1.366
Provisão (reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	(49.212)	5.498
Provisão para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	180.362	803
Reversão de Provisão para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(527)	(1.285)
Outras provisões	29.982	39

Notas Explicativas

	208.821	65.604
--	---------	--------

e) OUTRAS DESPESAS LÍQUIDAS	2010	2009
Arrendamentos e Aluguéis	35.582	27.440
Propaganda e Publicidade	28.323	24.825
Consumo Próprio de Energia Elétrica	9.912	15.205
Subvenções e Doações	16.579	19.573
Taxa de Fiscalização da ANEEL	20.897	23.758
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	12.076	11.834
Contribuição a CCEE	2.209	2.059
Taxa de Licenciamento – TFDR (*)	27.184	27.322
Seguros	2.966	1.991
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	24.698	29.845
FORLUZ – Custeio Administrativo	9.603	10.361
Outras (Recuperação de Despesas)	(3.607)	22.367
	186.422	216.580

(*) Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação de Faixa de Domínio de Rodovias

20 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2010	2009
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	53.143	34.528
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	114.259	148.765
Variações Cambiais	49.214	133.352
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 23)	6.963	-
Outras	76.597	52.622
	300.176	369.267
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(260.229)	(240.785)
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(73.107)	(67.001)
Variações Cambiais	(36.083)	(28.404)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(60.251)	(14.851)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 23)	(12.179)	(45.325)
Variação Monetária de P&D e PEE	(23.462)	(22.409)
Outras	(59.160)	(37.410)
	(524.471)	(456.185)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(224.295)	(86.918)

As despesas com PASEP e COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras dos ativos regulatórios, as quais são realizadas através de faturamento de energia elétrica.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Notas Explicativas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Distribuição são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
CEMIG								
Circulante								
Coligadas e Controladora	3.782	9.884	4.992	21.639	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	50.842	202.306	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	247	11.872	-	-	-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda (1)	-	-	28.145	34.883	-	-	252.369	(333.441)
Outros	2.805	6.598	-	5	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	10.761	35.555	-	-	-	-	-	-
Light								
Energia Comprada para Revenda(1)	-	-	162	236	-	-	(5.051)	(4.965)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (4)	8.619	1.700	-	-	83.800	81.026	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (5)	145.528	149.686	217.203	237.276	(2.184.006)	(2.078.024)	-	-
Consumidores e Revendedores (2)	39.893	60.619	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis - ICMS (5)	46.714	44.315	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (3)	-	-	53.579	58.651	-	-	(78.524)	(91.819)
Outros	-	-	45.798	25.412	-	-	-	-
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(45.845)	(47.064)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(9.603)	(10.361)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (3)	-	-	1.316.001	1.304.228	-	-	-	-
OUTROS								
Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	113	109	-	37	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores.
- (2) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.
- (3) Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Vide nota explicativa nº 18) e serão amortizados até o exercício de 2024.
- (4) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia.

Notas Explicativas

(5) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.

(6) Contribuições da CEMIG para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 15) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.

(7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total das remunerações aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2010 e 2009 são conforme segue:

	2010	2009
Remuneração	1.644	1.904
Participação nos Resultados	431	283
Benefícios pós-emprego	133	44
Benefícios assistenciais	433	14
Total	<u>2.641</u>	<u>2.245</u>

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 5, 9, 16, 19, 21, 25, 26 e 28.

23 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos, Caixa e Equivalentes de Caixa;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
--	------------	------------	------------

Ativos Financeiros:

Notas Explicativas

Caixa e depósitos bancários	47.768	51.609	90.539
Equivalentes de Caixa	455.641	194.592	351.882
Contas a receber de clientes	1.515.100	1.580.431	1.365.554
Fundos vinculados	14.048	2.607	97.697
Créditos com controladas	14.656	45.548	23.860
	2.047.213	1.874.787	1.929.532
Valor justo por meio do resultado:			
Mantidos para negociação			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	32	-	-
Passivos financeiros:			
Avaliados ao custo amortizado:			
Fornecedores	770.139	608.903	608.261
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.046.995	2.616.419	2.722.668
	3.817.134	3.225.322	3.330.929
	5.864.379	5.100.109	5.260.461

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 31 de dezembro de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	2010	2009
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	113.632	158.272
Operações contratadas de hedge/swap	(45.425)	(66.831)
	68.207	91.441
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)	8.817	11.577

Notas Explicativas

Passivo Líquido Exposto	77.024	103.018
-------------------------	--------	---------

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real no final de 2011 será de 7,92% (dólar R\$1,80 e Euro R\$2,39). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2010	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 13)</i>	113.632	122.757	153.446	184.135
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(45.425)	(49.073)	(61.342)	(73.609)
	68.207	73.684	92.104	110.526
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 13)</i>	8.817	9.438	11.798	14.157
Passivo Líquido Exposto	77.024	83.122	103.902	124.683
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	(6.098)	(26.878)	(47.659)

Notas Explicativas

Risco de Taxa de juros

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2010. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS		2010	2009
Ativos			
Aplicações Financeiras (nota 4)		455.673	194.592
Passivos			
Empréstimos e Financiamentos (nota 13)		(1.087.827)	(1.285.275)
Operações Contratadas de Hedge/Swap		(45.425)	(66.831)
		(1.133.252)	(1.218.444)
Passivo Líquido Exposto		(677.579)	(1.023.852)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC no final de 2011 será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 10,66%	Cenário Provável SELIC 12,75%	Cenário Possível SELIC 15,9375%	Cenário Remoto SELIC 19,1250%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 4)	455.673	513.771	528.296	542.820
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 13)	(1.087.825)	(1.226.523)	(1.261.197)	(1.295.872)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	(45.425)	(51.217)	(52.665)	(54.112)
	(1.133.252)	(1.277.742)	(1.313.864)	(1.349.987)
Passivo Líquido Exposto	(677.579)	(763.971)	(785.569)	(807.166)
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	(86.392)	(107.990)	(129.587)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Os principais indicadores de “covenants” financeiros, em que se confrontam as exigências de dívida com a geração de caixa (EBITDA) no exercício de 2010, demonstram o perfil de liquidez da Empresa.

Notas Explicativas

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da Cemig é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a Cemig adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Notas Explicativas

Os prazos das aplicações em 31 de dezembro estavam assim alocados:

Prazos	
Liquidez imediata	74,50%
60 dias	12,80%
90 dias	6,00%
120 dias	0,80%
180 dias	5,50%
360 dias	0,40%
	100,00%

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.152	47.716	317.911	1.593.281	450.441	2.416.501
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	37.964	592.530	-	630.494
	7.152	47.716	355.875	2.185.811	450.441	3.046.995

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Notas Explicativas

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida em 31 de dezembro de 2010 e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores (nota 17), de que não irão exigir o vencimento antecipado da obrigação.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica que incluem cláusula de renovação por mais 20 anos com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia quando do vencimento dos contratos de concessão, em fevereiro de 2016. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram uma perda em 2010 no montante de R\$12.179 (perda de R\$45.325 em 2009), registrados no resultado financeiro. A contraparte da operação de derivativos é o banco Santander - ABN e os contratos são de swap cambial.

Notas Explicativas

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos á volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

				Perda não realizada						Efeito a cumulado
Direito da Cemig Distribuição	Obrigação da Cemig Distribuição	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (US\$)		Valor de contrato		Valor justo		Valor pago
				2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	27.263	38.382	(67.804)	(79.305)	(64.366)	(78.305)	(24.337)

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima que a taxa do CDI no final de 2011 será de 12,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31/12/2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro 2011 seria de 15,9375% e 19,1250% respectivamente.

	Base 31/12/2009 10,66%	Cenário Provável 12,75%	Cenário Possível 15,9375%	Cenário Remoto 19,1250%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	45.425	51.217	52.665	54.113
Efeito Líquido da Variação do CDI		(5.792)	(7.240)	(8.688)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	45.425	49.073	61.341	73.610
Efeito Líquido da Variação do US\$		(3.648)	(15.916)	(28.185)
Efeito Líquido		(2.144)	8.676	19.497

Notas Explicativas

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

c) Administração de capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2010	2009	1/1/2009
Total do Passivo	7.222.663	6.560.649	6.892.992
Caixa e Equivalentes de Caixa	503.409	246.201	442.421
Dívida Líquida	6.719.254	6.314.448	6.450.571
Total do Patrimônio Líquido	2.376.899	2.094.605	1.487.504
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	-	-	-
Capital Ajustado	2.376.899	2.094.605	1.487.504
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado em 31 de dezembro	2,83	3,01	4,34

24. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços po por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Notas Explicativas

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

		Valor justo em 31 de dezembro de 2009		
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial – (Nível 3)
Descrição				
Ativos				
Certificados de Depósitos Bancários	452.987	452.987	-	-
Letras Financeirs do Tesouro (LFTs)	713	713	-	-
Depósitos Overnight	1.973	1.973	-	-
	-----	-----	-----	-----
	455.673	455.673	-	-
	=====	=====	=====	=====
Passivos				
Contratos de Swaps	64.366	-	64.366	-
	=====	=====	=====	=====

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Notas Explicativas

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

25 . RESULTADO FINAL DA SEGUNDA REVISÃO TARIFÁRIA DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

Revisão Tarifária – valores definitivos

Em março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da revisão tarifária da Cemig Distribuição, cujos efeitos preliminares ocorreram a partir de abril de 2008.

O resultado definitivo da segunda revisão tarifária da Companhia representou uma redução média de 19,62% em comparação a redução média aplicada de forma provisória em abril de 2008 no percentual de 18,09%.

Em função da homologação da revisão tarifária definitiva, a ANEEL recalculou os valores que, no seu julgamento, deveriam ter sido aqueles efetivamente reconhecidos no reajuste tarifário da Companhia a partir de abril de 2008.

Os efeitos no resultado são relacionados principalmente à redução no valor da Empresa de Referência utilizada como base para ressarcimento dos custos gerenciáveis da Companhia e também uma revisão pela ANEEL no critério de cálculo do ressarcimento na tarifa dos ativos regulatórios financeiros, o que teve como consequência o desconto de valores, que na visão da Agência reguladora, foram incluídos a maior no reajuste tarifário da Companhia em 2008.

Esses valores, no montante de R\$264.626, foram descontados na tarifa no período de 08 de abril de 2009 a 07 de abril de 2010.

Reajuste Tarifário

Em 06 de abril de 2010, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 1,67% a partir de 8 de abril de 2010.

Notas Explicativas

26 . SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de vigência	Importância Segurada (*)	Prêmio Anual (*)
Almoxarifados, Instalações e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2010 a 08/11/2011	R\$ 585.521	R\$ 141
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$ 940 mil	Total	05/05/2010 a 05/05/2011	(**)R\$ 580.179	R\$ 903
Aeronáutico - Aeronaves	Casco	29/04/2010 a 29/04/2011	US\$ 5.632	US\$ 101
	Responsabilidade Civil		US\$ 14.000	

(*) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil
(**) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$186.615 mil.

A Companhia exceto para o ramo aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a CEMIG não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A CEMIG não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

27 . OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Notas Explicativas

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	411.750	452.353	1.037.695	490.847	203.909	194.468	255.973	3.046.995
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	835.539	884.920	894.590	709.063	732.336	755.565	32.559.116	37.371.129
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	69.304	73.878	77.159	61.469	64.043	66.655	2.090.479	2.502.987
Compra de Energia - Leilão	2.332.405	2.400.933	2.387.598	1.965.492	2.269.239	2.396.916	65.152.442	78.905.025
Outros contratos de compra de energia	262.020	276.813	282.381	295.381	294.344	255.427	2.164.571	3.830.937
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	53.579	50.344	32.978	34.957	37.054	39.277	380.312	628.501
Luz para todos 2	431.637	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.396.234	4.139.241	4.712.401	3.557.209	3.600.925	3.708.308	102.602.893	126.285.574

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes Diretor-Presidente	Arlindo Porto Neto Diretor Vice-Presidente	Luiz Fernando Rolla Diretor de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações
Frederico Pacheco de Medeiros Diretor de Gestão Empresarial	Fuad Jorge Noman Filho Diretor de Gás	José Raimundo Dias Fonseca Diretor Comercial
Luiz Henrique de Castro Carvalho Diretor	Fernando Henrique Schüffner Neto Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial das Controladas e Coligadas	José Carlos de Mattos Diretor Distribuição e Comercialização
Luiz Henrique Michalick Diretor de Relações Institucionais e Comunicação		Maria Celeste Moraes Guimarães Diretora Jurídica
Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC-MG 53.140		Mário Lúcio Braga Gerente de Contabilidade Contador – CRC-MG-47.822

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Distribuição S.A
Belo Horizonte – MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Cemig Distribuição S.A (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, e relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2010, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes (KPMG Auditores Independentes), opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 29 de abril de 2011.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Vicente de Paulo Barros Pegoraro
Helton da Silva Soares

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Eu, Anamaria Pugedo Frade Barros, Superintendente da Secretaria Geral e Executiva Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, declaro, para os devidos fins, que no livro de Atas das reuniões da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A., na ata da 360ª realizada em 15-03-2011, encontrei registrada, dentre outros assuntos, a aprovação da conclusão, em 15-03-2011, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2010; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração da proposta referente à aprovação da utilização dos saldos contábeis dos ativos de concessão como base de valor na adoção inicial da Interpretação Técnica ICPC.01 e, ainda, o encaminhar ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2010 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, os Diretores presentes à reunião declararam que reviram, discutiram e concordaram com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passo esta certidão, sob a responsabilidade do meu cargo.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Superintendente da Secretaria Geral e Executiva Empresarial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Eu, Anamaria Pugedo Frade Barros, Superintendente da Secretaria Geral e Executiva Empresarial da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, declaro, para os devidos fins, que no livro de Atas das reuniões da Diretoria Executiva da Cemig Distribuição S.A., na ata da 360ª realizada em 15-03-2011, encontrei registrada, dentre outros assuntos, a aprovação da conclusão, em 15-03-2011, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2010; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração da proposta referente à aprovação da utilização dos saldos contábeis dos ativos de concessão como base de valor na adoção inicial da Interpretação Técnica ICPC.01 e, ainda, o encaminhar ao Conselho de Administração para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2010 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, os Diretores presentes à reunião declararam que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passo esta certidão, sob a responsabilidade do meu cargo.

Belo Horizonte, 28 de março de 2011.

Anamaria Pugedo Frade Barros
Superintendente da Secretaria Geral e Executiva Empresarial